



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

RAILTON VANES DE SOUSA

PROTAGONISMO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO DF?
JUVENTUDES PERIFÉRICAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Brasília, DF

2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

RAILTON VANES DE SOUSA

PROTAGONISMO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO DF?
JUVENTUDES PERIFÉRICAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Infância e Juventude da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Infância e Juventude.

Orientadora: Prof. Dr^a Urânia Flôres da Cruz Freitas.

Brasília, DF

2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

RAILTON VANES DE SOUSA
PROTAGONISMO NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NO DF?
JUVENTUDES PERIFÉRICAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Infância e Juventude da Universidade de Brasília (UnB), como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas, Infância e Juventude. Orientadora: Prof. Dr^a Urânia Flores da Cruz Freitas.

Banca examinadora

Dra. Urânia Flôres da Cruz Freitas
(Presidenta)

Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - UnB.
Universidade de Brasília

Dra. Cleonice Pereira do Nascimento Bittencourt
(Membro externo)

Doutora em Educação - UnB
SEEDF

Dra. Natália Duarte (Membro titular)

Doutora em Política Social - UnB
Universidade de Brasília

Dra. Clarice Aparecida dos Santos
(Membro interno)

Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana – UNB

Brasília, DF

2024

Resumo

A presente pesquisa teve como objeto de estudo o protagonismo social juvenil em contexto de periferia e as possibilidades de colaborar no diálogo e na percepção dos efeitos do protagonismo, da participação política e da mobilização dos jovens na sociedade. O espaço de estudo abrangeu duas organizações sociais (OS) juvenis da periferia de Brasília: uma instituição não religiosa e outra religiosa, ligada à Igreja Católica. Nesta pesquisa, foram analisadas as ações que essas organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo juvenil em contexto de periferia. Com isso, buscou-se fortalecer a discussão a respeito da participação e do protagonismo juvenil, além de investigar como e se essas organizações sociais contribuíram para o desenvolvimento do protagonismo e da participação política juvenil em contexto de periferia. Optou-se por uma pesquisa de cunho qualitativo e, nesse sentido, aplicou-se o modelo de pesquisa bibliográfica e exploratória, com o objetivo de conhecer melhor a temática sobre participação e protagonismo juvenil promovido por OSs na periferia de Brasília, além de apresentar proposituras a essas instituições nesse sentido. Analisamos, porém, que diante de tantas ações promovidas pelas OSs não caracterizaram protagonismo ou participação política da juventude na luta por políticas públicas, nem promoviam a emancipação diante das situações de vulnerabilidade, da forma como supomos.

Palavras-chave: juventudes; protagonismo; participação política; organização social.

ABSTRACT

The present research had as its object of study the social protagonism of young people in the context of the periphery and the possibilities of collaborating in the dialogue and in the perception of the effects of protagonism, political participation and the mobilization of young people in society. The study space covered two youth social organizations (OS) from the outskirts of Brasilia: a non-religious institution and a religious institution, linked to the Catholic Church. In this research, the actions that these social organizations have carried out to contribute to the development of youth protagonism in the context of the periphery were analyzed. With this, we sought to strengthen the discussion about youth participation and protagonism, in addition to investigating how and if these social organizations contributed to the development of youth protagonism and political participation in the context of the periphery. A qualitative research was chosen and, in this sense, the model of bibliographic and exploratory research was applied, with the objective of better understanding the theme of youth participation and protagonism promoted by OSs in the periphery of Brasília, in addition to presenting proposals to these institutions in this regard. We analyzed, however, that in the face of so many actions promoted by the OSs, they did not characterize the protagonism or political participation of the youth in the struggle for public policies, nor did they promote emancipation in the face of situations of vulnerability, as we suppose.

Keywords: youth; protagonism; political participation; social organization

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer é um gesto de reconhecimento da importância e do significado que o outro tem para você e para a sua vida. Para mim, agradecer é reconhecer a importância e a grandeza das pessoas em nossas vidas, que dão sentido à caminhada e fazem parte do processo de crescimento e aprendizado.

Agradeço ao Deus supremo em quem eu acredito, por ter emanado todas as energias positivas e por ter tornado minha essência melhor ao olhar para o outro e amar esse outro com suas qualidades e limitações e me fazer crer que o ser humano foi feito para o amor e a vida.

Gratidão à minha mãe, Dona Laura Maria da Conceição, em memória, que, sendo uma mulher preta e nordestina, se mostrou forte ao criar nove filhos biológicos e quatro que se agregaram à família, tornando-os nossos irmãos, resiliente, aguerrida, leoa e que me ensinou a ser pessoa, que nada e ninguém me calaria, que o meu lugar é onde eu quiser e que eu posso tudo nessa vida desde que não ferisse e nem desqualificasse o outro. Agradeço ao meu pai, Manoel Pereira, conhecido como seu Cirilo, por me encorajar a ser um homem diferente e com força para encarar as adversidades apresentadas pela vida e incluir todos os meus irmãos que me incentivaram a continuar na caminhada, uns mais presentes outros nem tanto, mas que torcem pelo meu sucesso.

Agradeço à minha esposa, Izan da Cunha, por tudo o que é e significa para a minha vida. Mulher nordestina de fé, que nunca desiste e tem sido minha força impulsionadora para o sucesso, ela me fortalece e é um farol na minha vida. Inspirou-me nessa fase de estudo, não me deixou desistir, cuidou de mim e é referência de ser humano, sem ela nada disso seria possível, eu acredito no amor porque você é o amor em pessoa e não consigo ver minha vida sem você.

Obrigado às minhas filhas, Raíza Clara e Laíza Ribeiro, que são minhas joias mais preciosas e raras. Durante todo o tempo, foram faróis tecnológicos para mim. Ajudaram-me a ir além às minhas pesquisas com sua jovialidade e conhecimentos técnicos. Minha filha Raíza que com seus conhecimentos ortográficos e gramaticais sempre colaborando para que a coisa saísse correta e a contento. Não posso negar que sem o apoio de vocês eu não teria chegado aonde cheguei. Não existe amor maior que o amor da minha família. Foram horas sem descanso, noites mal dormidas, momentos de lazer cancelados e adiados, muitos cafezinhos e

lanches preparados para que eu pudesse me dedicar exclusivamente aos estudos e a minha pesquisa, se isso não é amor não sei dizer o que era.

Um agradecimento especial aos meus colegas de trabalho, que, com muita empatia e energia, me apoiaram, especialmente à minha coordenadora, Mariana Ayres que possibilitou por muitas vezes o meu acesso à aprendizagem e me motivou a seguir em frente. Vou dizer que todos sorriram e choraram comigo e foram refrigério nos meus estresses e cansaços do dia a dia.

Um obrigado aos meus colegas de turma em especial Paula que foi meu suporte em todos os momentos, Wilka que com sua força e conhecimento me fortaleceu na aprendizagem, Ivanilde, Ana Tércia, Thaila e Edilva, a nossa amiga e secretária do programa, a vocês que com sua atenção e carinho sempre se colocaram a disposição para me ajudar e colaborar para vencer essa etapa da vida.

Agradeço aos meus professores desse programa maravilhoso pelas lições de vida e aprendizado, em especial professora Natália Duarte que com sua sensibilidade, alegria, conhecimento, acolhimento e expertise me energizou e aqueceu meu coração quando se sentiu abatido diante da academia, nisso incluo minha banca examinadora feita de pessoas de alto gabarito e olhar zeloso diante da ciência e da minha jornada de pesquisador, não hesitaram em me ensinar e apontar a direção que deveria olhar e convergir no meu colaborar com a sociedade a qual faço parte.

E aqui vai um agradecimento mais que especial a minha orientadora professora Urânia Flores, que conseguiu ver em mim um potencial que eu desconhecia, foi capaz de me tirar do limbo do conhecimento e me trazer a luz do saber. A você professora todo meu afeto e carinho, pois foi capaz de transformar essa instituição mais quente e humana. Foi capaz de me dizer que um preto periférico como eu tenho que ocupar meu lugar nos espaços e que a universidade pública é sim para pessoas como eu. Foi o braço que me apoiou e a esperança quando pensei em desistir, simplesmente foi pessoa que me fez sentir pessoa e gente. Suas orientações foram para além de me ensinar a ser um pesquisador, foi ao campo de me dizer que o saber é para tudo e todos. Até a sua forma de corrigir foi diferente e tornou-se parte da minha família e da minha vida. Eterna gratidão.

A todas e todos, o meu muito obrigado!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Capítulo I	155
1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE E PERIFERIA: CONSTRUÇÃO E COLABORAÇÃO NA GARANTIA DE DIREITOS	155
1.1 UM PERCURSO NA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE COM VISTAS A PARTICIPAÇÃO E O PROTAGONISMO	19
CAPÍTULO II	29
2 PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE EM CONTEXTO DE PERIFERIA	29
2.2 IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DOS MOVIMENTOS QUE ATUAM COM OS JOVENS	35
2.3 A POPULAÇÃO JUVENIL NEGRA DO DF EM BUSCA DA INCLUSÃO	36
2.4 – AÇÕES E PERCEPÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM BRASÍLIA ..	41
CAPÍTULO III	45
3 METODOLOGIA	45
3.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	48
CAPÍTULO IV	52
4 AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM SUAS PERCEPÇÕES VOLTADAS PARA A JUVENTUDE DE PERIFERIA	52
4.1 – AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, SUA ATUAÇÃO COM A JUVENTUDE E A IMPORTÂNCIA DO LOCAL DE ENCONTRO PARA PLANEJAMENTO DE SUAS DEMANDAS E AÇÕES	54
4.2 A PROMOÇÃO DO PROTAGONISMO SOCIAL, E A MOBILIZAÇÃO JUVENIL EM CONTEXTO DE PERIFERIA POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO DF	55
4.3 – MODO DE TRABALHO DESENVOLVIDO PELAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NUMA PERSPECTIVA DE CONTRIBUIR COM A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	57
4.3.1 QUADRO SÍNTESE DAS OPINIÕES DAS OSs	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS	80

INTRODUÇÃO

Após analisar minha trajetória de vida em comunidade, nos anos oitenta e noventa, é possível afirmar que as opções para a inserção dos jovens na região onde eu residia eram muito poucas, e não havia muitos espaços públicos de escuta para os jovens na periferia. Naquela época, nos reuníamos em grupos estudantis, pois esse era o espaço onde os jovens ou grupos de jovens se encontravam e se organizavam. Saíamos em busca de soluções para as nossas necessidades, como boas escolas públicas, acesso a hospitais, emprego ou para debater com autoridades as questões que nos afligiam.

É importante ressaltar o trabalho realizado por movimentos e coletivos de juventude nas comunidades periféricas. Neste contexto, destaca-se uma organização da sociedade civil não religiosa, e outra organização social religiosa que trabalha com a juventude ligada à Igreja Católica, que realizam um trabalho com projetos sociais voltados para os jovens atendidos por essas organizações em suas respectivas regiões administrativas.

Diante desses grupos da sociedade civil, surgem inquietações sobre como foram efetivadas as ações que promovessem e mobilizassem o protagonismo juvenil, e se essas ações conseguiram responder satisfatoriamente às demandas dos jovens em contexto de periferia. Procurou-se compreender isso através de um questionário eletrônico, respondido pelos representantes dessas instituições. A presente pesquisa teve como objeto de estudo o protagonismo, a participação política e a mobilização social juvenil em contexto de periferia, além de uma análise da contribuição das organizações sociais nos debates pertinentes à juventude.

A pesquisa investigou como se dá a promoção do protagonismo social, da participação e da mobilização juvenil no contexto de periferia, por meio dessas organizações sociais que desenvolvem suas atividades em algumas regiões administrativas periféricas de Brasília, conforme definido por Toro e Werneck (1997, p. 26),

A participação, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não podemos falar da participação apenas como pressuposto, como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Ela de fato o é.” e devem fazer parte dessas instituições.

As organizações sociais desempenham um papel crucial na participação da juventude, o que é respaldado por lei. Contudo, mesmo com o advento do Estatuto da Juventude, proposto pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e o desenvolvimento de algumas ações

em instituições que atendem a esse público, certos aspectos da lei não foram plenamente implementados e, posteriormente, acabaram sendo desmobilizados.

Destaca-se, como exemplo, o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), no art. 45, que trata dos Conselhos de Juventude como um dos espaços de efetivação de políticas públicas voltadas para os jovens, tendo em vista a garantia de seus direitos e proporcionando, de alguma forma, a participação efetiva desse grupo, bem como seu protagonismo social. Entretanto, esse mecanismo ainda necessita ser fortemente implementado e é essencial fomentar a participação dos jovens de forma construtiva e colaborativa na garantia de direitos. Tais aspectos são reiterados nos art. 26 e art. 27 da Constituição Federal, onde se lê:

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

III - promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência;

IV - incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e

V - garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência. (BRASIL, 1988)

Por isso, Silva (2011) destacou que cabe a cada setor do Estado e às instituições assumirem a responsabilidade pela garantia dos direitos e pela participação da população juvenil, com um olhar para a diversidade e para a igualdade, sem discriminação, possibilitando oportunidades equitativas e fundamentais. Tratando-se de uma temática tão relevante, foram apresentadas as justificativas que impulsionaram essa discussão acerca do trabalho das Organizações Sociais (OS). Segundo o Ministério da Administração e Reforma do Aparelho de Estado, as OSs são conceituadas como “um modelo de organização pública não estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica”, sendo constituídas por associações civis sem fins lucrativos e orientadas para o atendimento do interesse público (BRASIL, 1998, p. 13).

O protagonismo juvenil em contexto de periferia tem se mostrado uma demanda social no cenário contemporâneo, no qual os debates sobre as desigualdades sociais e a igualdade de direitos se intensificam no âmbito das políticas públicas, conforme apontado por Costa (2006). Na condição de educador e militante social, desde 1985, tenho participado de diversos espaços de mobilização, formação e escuta da juventude da periferia, em grêmios estudantis, grupos de movimentos negros, convivência com pessoas em situação de rua, escolas e pastoral da juventude. Essas vivências têm me instigado a pensar em como fortalecer a mobilização e a participação juvenil na busca pela garantia de direitos, tendo os jovens como protagonistas dessas ações.

Minhas experiências na militância durante a juventude sempre me conduziram a práticas voltadas para a promoção do desenvolvimento do protagonismo social juvenil na periferia, como a organização de debates e discussões com grupos de jovens e autoridades envolvidas com esse tema, congressos estudantis e manifestações focadas na promoção de práticas que buscassem melhores condições de vida, desenvolvimento, acesso e garantia de direitos. Essas vivências me mobilizaram para uma escuta aprofundada e investigativa da juventude, especialmente da periferia, no que concerne às ações que lhes têm sido propostas e à avaliação de sua efetividade na promoção da participação dos jovens, na mobilização e na formação social e política juvenil.

Ainda na juventude, participei da criação do Grupo Consciência Negra do Gama, com o objetivo de lutar por políticas públicas de resgate, inclusão, mobilização, defesa e desenvolvimento dos jovens daquela região, por meio da realização de debates, seminários e outros eventos que despertassem a comunidade e seu entorno para as causas em pauta. Todavia, o grupo enfrentava muitos desafios para cumprir suas tarefas, principalmente devido aos objetivos claros de luta pela inclusão da juventude segregada.

Foi nesse período que o Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (UnB) tomou conhecimento desse trabalho e passou a apoiar o grupo comunitário com o Programa “A UnB e os Movimentos Sociais”, em 1992, que proporcionou formação para a juventude, notoriedade e amparo para o movimento. Mantive-me no trabalho com a comunidade, organizando atividades com grupos jovens da pastoral da juventude e promovendo atividades culturais, como a organização de festejos juninos com a juventude, para incentivar a inclusão na comunidade. Esse trabalho se manteve até o ano de 2019.

Nascido e criado na região administrativa do Gama, no Distrito Federal, sou uma pessoa preta e filho de nordestino, sempre fui estudante de escola pública, o que fortaleceu minha crença em uma escola pública, gratuita e de qualidade. Na comunidade em que vivi enquanto jovem, havia basicamente quatro opções de vida: ser traficante, assaltante, usuário de drogas ilícitas ou participar da pastoral da juventude. Escolhi a última opção, após a perda de muitos amigos para o tráfico de drogas. Esse movimento me fez acreditar que, juntos – instituições e jovens – poderíamos mudar a realidade da minha comunidade periférica, composta majoritariamente por pessoas pretas e pobres.

Foi assim que surgiu meu interesse pela temática e a força para trabalhar na solução dos nossos problemas básicos: saúde, educação, moradia e emprego. Aos olhos daquela juventude e daquela comunidade, foi a primeira vez que se viu uma relação histórica entre a Universidade e as organizações sociais da periferia. Isso despertou meu interesse em continuar mobilizando a juventude em torno de suas bandeiras.

Contudo, é necessário um embasamento teórico para conectar ideias, qualificar e motivar a formulação de políticas públicas que melhorem a vida dessa população. Portanto, é justificável o interesse em analisar as ações das organizações sociais voltadas ao atendimento da infância e juventude, pois há possibilidades de abertura de caminhos para a concretização desse objetivo, por meio de mecanismos de participação das juventudes e da criação de espaços públicos que acolham e atendam os jovens em suas cidades, numa perspectiva de pessoas que desejam ir ao encontro daqueles que comungam de seus propósitos de participação social.

Para o desenvolvimento da presente pesquisa, orientamo-nos pelas seguintes questões: como as organizações sociais que atuam com a juventude têm promovido, ou não, a mobilização e o protagonismo dos jovens na periferia de Brasília? Partimos da hipótese de que as organizações sociais desenvolvem um trabalho voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas. A hipótese, segundo Severino (2014, p. 65) é “uma proposição explicativa provisória de relações entre fenômenos, a ser comprovada ou infirmada pela experimentação. Se confirmada, transforma-se em lei.” Ainda conforme Gil (2017, p. 26),

Por hipótese entende-se uma suposição ou explicação provisória do problema. Essa hipótese, que em sua forma mais simples consiste numa expressão verbal que pode ser definida como verdadeira ou falsa, deve ser submetida a teste. Se em decorrência do teste for reconhecida como verdadeira, passa a ser reconhecida como resposta ao problema.

Com o objetivo de responder à questão de pesquisa, apresentamos a seguir o objetivo geral e os objetivos específicos:

➤ **Objetivo Geral**

Analisar as ações que as organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo juvenil em contexto de periferia, favorecendo a participação dos jovens de forma construtiva e colaborativa na garantia de direitos.

➤ **Objetivos Específicos**

- Investigar como as organizações sociais promovem o protagonismo social e a mobilização juvenil no contexto de periferia;
- Analisar se o trabalho desenvolvido pelas organizações contribui para a participação juvenil no âmbito das políticas públicas;
- Apresentar propostas que possam contribuir para o protagonismo e a mobilização juvenil naquele local.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa, de caráter investigativo e propositivo, pretendeu abrir espaço para conhecer e refletir sobre a situação da juventude na periferia. Investigando a contribuição dessas organizações no propósito de favorecer que atores e atrizes se tornem protagonistas, participantes e mobilizadores das ações em seu bairro, em um exercício diário da democracia.

Para contribuir com essa questão, utilizou-se o caminho metodológico da pesquisa bibliográfica, que, segundo Severino (2014, p. 82) deve “partir sempre do mais geral para o mais particular e do mais recente para o mais antigo”. Além disso, foi aplicado um questionário online, cujos dados produzidos foram analisados de forma a colaborar com estudos futuros e oferecer uma base para pesquisas mais profundas dentro dessa temática.

É com esse olhar que se faz necessário um debate profundo sobre as questões dessa população jovem, considerando que no Brasil existem estatutos que defendem seus direitos e garantem o bem-estar social. Por isso, é fundamental uma reflexão crítica sobre a aplicação e a participação desse público, que precisa encarar o debate sobre a política nacional da juventude dentro de seus próprios organismos. Assim, o nosso produto tecnológico será a apresentação de propostas que possam contribuir para o protagonismo, a participação política e a mobilização juvenil nessas instituições.

A pesquisa foi organizada, além da introdução, em quatro capítulos, conclusão e o produto final. O primeiro capítulo aborda a história da participação e organização da juventude em Brasília. O segundo capítulo explora o caminho para compreender o protagonismo e a mobilização da juventude periférica do DF. O terceiro capítulo trata da metodologia aplicada para responder às questões aqui apresentadas. O quarto capítulo apresenta os resultados, descreve a perspectiva das organizações sociais e propõe alguns caminhos possíveis para esses espaços investigados, com propostas que possam contribuir para o protagonismo e a mobilização juvenil naquele local.

É a partir da pesquisa qualitativa que, segundo Gil (2017, p. 40), “a pesquisa qualitativa passou a ser reconhecida como importante para o estudo da experiência vivida, dos longos e complexos processos de interação social”, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, exploratória e da aplicação de um questionário eletrônico enviado por meio de link, que se buscou refletir a relação desses organismos com a participação social, o protagonismo e a mobilização juvenil diante de temáticas que fazem parte do cotidiano desse público.

O objetivo foi abordar questões que têm excluído a juventude dos debates, pois não se pode avançar sem o jovem ou tentar avançar pelo jovem, já que nada deve ser feito sem ele e sempre com ele. Isso não significa que o jovem deva excluir o adulto de suas discussões, até porque o adulto também deve ser um referencial para fortalecer e fundamentar suas discussões em torno das questões que atingem a juventude.

Capítulo I

1 ORGANIZAÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE E PERIFERIA: CONSTRUÇÃO E COLABORAÇÃO NA GARANTIA DE DIREITOS

Tratar das organizações sociais nos levou a examinar com profundidade o caminho percorrido para a formulação de ações que fortalecessem a participação política, a mobilização e o protagonismo. Para melhor nos situarmos no contexto das discussões apresentadas, trouxemos os conceitos de mobilização, protagonismo e juventude. Também abordamos a importância da participação da juventude e o percurso por ela trilhado na construção de políticas públicas, como a criação do Conselho de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que abriram o diálogo entre a sociedade civil e o Estado. Além disso, fizemos um recorte sobre a situação da juventude negra e os desafios enfrentados por esse grupo na sociedade, destacando a importância da inclusão dessa população no acesso a políticas públicas.

Apresentamos o trabalho de Zuffo e Moura (2016), que trazem um estudo com um grupo de jovens sobre o protagonismo juvenil, ressaltando a importância de a juventude romper com os padrões dominantes evidentes em nossa sociedade e a relevância de seu protagonismo na promoção da participação política jovem.

Esses aspectos dialogam com a perspectiva do protagonismo juvenil na busca pela igualdade de direitos. Como assevera Scalon (2013), a juventude muitas vezes enfrenta a negação de espaços de direitos pelo Estado e encontra poucas estratégias voltadas para estabelecer mecanismos que implementem ações colaborativas para a mobilização da juventude. Segundo Toro e Werneck (1997, p. 11),

Mobilizar é o ato de convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, compartilhando interpretações e sentido. É a partir deste sentido compartilhado que diferentes indivíduos ou setores da sociedade se reúnem para começar ou transformar determinados processos, cenários ou ações.

Nesse sentido, articulamos a ideia de protagonismo juvenil na periferia com a percepção de que os jovens se veem como importantes sujeitos políticos dentro das instituições das organizações sociais que trabalham com jovens. O conceito de protagonismo, conforme expõe Rabêllo (2011, p. 1),

Protagonismo é a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva. Envolvendo-se com as questões da própria adolescência/juventude, assim como, com as questões sociais do mundo, da comunidade... Pensando global

(O planeta) e atuando localmente (em casa, na escola, na comunidade...) o adolescente pode contribuir para assegurar os seus direitos, para a resolução de problemas da sua comunidade, da sua escola...

Esses autores mobilizam o pensamento nesta proposta investigativa para entender a promoção ou não da mobilização e do protagonismo juvenil nesses espaços elencados anteriormente. Enfim, questionar para conhecer, por meio das organizações sociais que desenvolvem atividades com a juventude, se o trabalho desenvolvido por essas organizações contribui para a participação juvenil no âmbito das políticas públicas e investigar como as organizações sociais promovem o protagonismo social, a participação política e a mobilização juvenil no contexto de periferia. Para tanto, é importante envolver a juventude, que, como nos diz Boghossian e Minayo (2009, p. 413), “o conceito de juventude compreende um momento do ciclo de vida e, simultaneamente, condições sociais e culturais específicas de inserção dos sujeitos na sociedade”.

Nossa pergunta é como as organizações sociais que atuam com a juventude têm promovido ou não a mobilização e o protagonismo dos jovens na periferia de Brasília, e procuramos responder a isso. A participação social se relaciona com a participação dos jovens em lugares ou organizações sociais que tenham em suas diretrizes o trabalho por causas que os acolham, pois, segundo Butler e Princeswal (2012, p. 106),

As dinâmicas da participação são sempre produções históricas que dependem das normas de sociabilidade, de formas de organização social, de inovações tecnológicas, e dos específicos contextos culturais que incluem valores e ideais, crenças, símbolos e rituais.

É relevante dizer que o protagonismo e a mobilização da juventude contribuem para a possibilidade de participação política dos jovens em suas cidades ou bairros. No Brasil, segundo Moraes, Silva e Silva Frota (2021, p. 224), “estava envolvido no debate e na experiência de construir espaços de participação da sociedade civil”.

Portanto, observamos na fala desses autores que a participação e o diálogo são de fundamental importância para que a voz da população jovem seja ouvida pelas organizações sociais e debatida com seus pares dentro dos espaços abertos por essas instituições, buscando compreender a importância da democracia e da relação do Estado com ações que favoreçam a participação dos jovens na sociedade. Essa participação deve envolver todos os setores da sociedade, pois, segundo Cruz Freitas (2018, p. 54), “tem a ver com o modelo de participação da sociedade civil no processo de construção das políticas públicas, com as elites econômicas e com as oligarquias, e, nesse diapasão, tem a ver com a política.” Portanto, a ação das

peessoas, em especial da população jovem, nessa caminhada é extremamente relevante para que as organizações sociais encontrem seu espaço de participação política.

Entender as organizações sociais (OSs) como espaços que se propõem a colaborar no atendimento aos jovens de periferia no DF e fomentar que essa população pode e deve ocupar seu espaço — que não é do outro, mas é seu por direito estabelecido — é fundamental. Essas organizações oferecem um espaço de escuta para suas pautas, sabendo que a participação é um elemento central para possibilitar a garantia de direitos. Essas organizações civis têm a garantia de ação em nossa legislação para fortalecer seu protagonismo junto à juventude, conforme traz a Lei Federal nº 13.204/2015, que alterou a Lei nº 13.019/2014:

[...] estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento (BRASIL, 2015).

A Gohn (2019) trata da ação dos cidadãos e faz memória dessa caminhada ao abordar o terceiro ciclo histórico do fortalecimento dos movimentos periféricos sociais em busca da democratização e do envolvimento do cidadão na efetivação de direitos. A autora faz uma leitura e análise da juventude e sua relevância na busca por políticas públicas que atendam a esse público jovem, ressoando na comunidade em que estão inseridos, e assim corrobora com o olhar inclusivo desta pesquisa.

A ideia foi investigar como essas organizações sociais promoveram o protagonismo social, a participação política e a mobilização juvenil no contexto de periferia, estimulando e propondo a participação política desse público. Gohn (2019) fala da importância da participação social e busca explicar essa ação a partir de quatro categorias-chave: os ‘coletivos’, que, segundo a autora (Gohn, 1997, p. 47), “refere-se aos esforços coletivos para modificar normas e valores, os quais frequentemente (mas não sempre) se desenvolvem por longos períodos”; as ‘manifestações’, que são “designadas como movimentos sociais” Gohn, (1997, p. 74); os ‘movimentos sociais’, que, “são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais”; sobre as organizações movimentalistas Figueiredo (2021, p. 2) se posiciona: “As organizações movimentalistas, por sua vez, caracterizam grupos de jovens que se aglutinam ao redor de líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação.”

Para Gohn (2019), os coletivos têm uma função distinta dos movimentos, pois são grupos fragmentados e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como princípios básicos. No entanto, isso não diminui a importância de cada um desses organismos para o desenvolvimento das ações na sociedade.

Incluindo e articulando a participação da população na sociedade civil (em movimentos, organizações, coletivos, protestos etc.) e a participação de representantes da população e agentes públicos em instâncias institucionalizadas, normatizadas por órgãos estatais (Gohn, 2019, p. 13).

Logo, não se pode ver a juventude como simples espectadores diante da vida. É necessário o diálogo para que muitas ações possam acontecer através do protagonismo desse público a quem se destina este estudo. Participar é uma das alternativas para promover a equidade entre os jovens, tanto nas áreas privilegiadas quanto na juventude de periferia do DF, pois a participação deve ser para todos, sem distinção, conforme apresenta o Atlas das Juventudes (2021, p. 8):

É essencial unir esforços pela inclusão e participação ativa das juventudes no processo democrático, na construção de um novo pacto social e nos programas de governo assumindo o compromisso com uma Política de Estado para e com as Juventudes, uma política de longo prazo, com metas, objetivos, financiamentos e comprometimento de toda a sociedade, gerando um novo pacto social para o pleno desenvolvimento das juventudes.

A participação, segundo Figueiredo (2021, p. 165), “é um movimento presente no processo de democratização e tem sido um vetor nas lutas sociais travadas pela sociedade para ter acesso aos direitos sociais e à cidadania” e é fundamental para o desenvolvimento das ações que favoreçam a mobilização, a participação política e o protagonismo dos jovens. No entanto, essa participação tem sido uma fragilidade ao longo dos tempos, até mesmo adocida, como traz Moraes, Silva e Silva Frota (2021, p. 225):

[...]com a metáfora de que a participação institucionalizada se encontra acuada, adocida e, em certa medida, abandonada como um doente sem identificação no leito de um hospital qualquer, e desenvolve o argumento de que, no contexto atual de recessão democrática, a participação deve ser resgatada desse “lugar” para voltar à reflexão e reinvenção pelo campo progressista.

Participar é algo que fortalece a democracia e inclui os diversos atores e atrizes da sociedade, que apresentam fragilidades a serem combatidas diante da desvalorização da democracia. Além disso, segundo esses mesmos autores, a conquista de uma democracia participativa tem um grande valor social. Como diz Butler e Princeswel (2012, p. 102), “a participação relaciona-se com o envolvimento de populações e comunidades receptoras de

projetos e recursos, em seus processos de planejamento e implementação”, o que fortalece a ação das organizações sociais.

Dito isso, não se pode negar a relevância de se motivar o protagonismo, a participação política e a mobilização juvenil, pois isso evidencia o quanto o país e as organizações sociais poderão se desenvolver e atingir políticas públicas que atendam à juventude e sua realidade. Freitas (2016) nos alerta sobre o princípio educativo da luta. A autora (2022) ainda afirma:

o princípio educativo da luta pode ser captado em cada ação dos atores e atrizes sociais, e é a partir do desvelar da pedagogia da luta que a mesma poderá contribuir com a construção de uma nova hegemonia e potencialmente agir rumo a emancipação da classe dita subalterna (Freitas, 2022, p. 435).

Em seus escritos, destaca que a participação política e social pode contribuir no combate à violação e na garantia de direitos. Para nós, essa forma de pensar torna possível políticas públicas que colaborem no processo de formação da opinião pública e da vontade política da juventude.

1.1 PARTICIPAÇÃO E O PROTAGONISMO: UM PERCURSO NA POLÍTICA NACIONAL DA JUVENTUDE

Para entender o protagonismo e a mobilização da juventude em nosso país, é necessário ter um olhar atento à história da movimentação no contexto político do Brasil, que servirá para embasar essa discussão tão importante. É essencial retratar as manifestações de rua e seus motivos, considerando o período de 1960 até a redemocratização, tratando da participação e atuação dessa população jovem e trazendo a realidade do jovem de periferia de Brasília.

A partir daí, é importante compreender quais políticas públicas foram destinadas ao grupo juvenil e perceber se, de fato, têm atendido suas necessidades ou impedido sua participação social como protagonistas. Inclusive, em uma das falas da OS2, ressalta-se a importância de ações pensadas para colaborar na inserção da juventude das organizações sociais, permitindo que se mobilizem e contribuam com a sociedade: “Essas ações idealizadas pela juventude mostram o compromisso assumido com a sociedade, buscando, através dessas iniciativas, promover dignidade e mostrar o potencial da nossa juventude frente à atual realidade.”

O protagonismo dos jovens é visto por Silva e Ximenes (2019, p. 93) como uma ação que fortalece a luta contra a violação de direitos. Eles afirmam que, a partir de 1990, surgiram

novos termos para tratar dessa temática, como “autonomia, empoderamento, cidadania, responsabilidade social, ação solidária, dentre outros”, inclusive associando o protagonismo da juventude ao contexto de pobreza.

Alguns marcos foram muito importantes na trajetória da juventude em nosso país. Vale lembrar a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que ocorreu logo após a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. Esse evento abriu caminho para a redemocratização e possibilitou a incorporação dos direitos das crianças e adolescentes. Para as organizações sociais e os movimentos de base, essa aprovação abriu portas para que a participação e o protagonismo pudessem ser atingidos, motivados por esse estatuto, que preparou o terreno para a discussão da importância de espaços para a juventude.

A importância e urgência do tema (infância) polarizaram o debate no que diz respeito à juventude, fazendo com que este termo, por muito tempo, se referisse ao período da adolescência e com que praticamente todos os serviços e programas montados, tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, tivessem como limite máximo os 18 anos de idade. Os jovens para além dessa idade ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania (Abramo, 2005, p. 24).

Outra situação que fortaleceu a importância da participação da juventude nas decisões políticas voltadas para esse público foram as manifestações que surgiram por volta de 1992, com o intuito de combater a corrupção e reivindicar direitos.

Segundo Coelho (2021), um grande movimento estudantil que fortaleceu a mobilização e o protagonismo da juventude foi o movimento dos Caras Pintadas, em 1992. Cansados da corrupção, os jovens saíram às ruas vestidos com roupas pretas e o rosto pintado com as cores da bandeira do Brasil. Um dos principais objetivos era o impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello, conforme relata Brasílio Sallum Junior (2016, p. 116):

Em meados de agosto, porém, o próprio presidente convocou manifestações de rua em seu favor, ‘autorizando’ assim a mobilização de massa pela oposição. Desafiada pelo presidente, que pedira que seus apoiadores vestissem verde e amarelo contra os ‘golpistas’, a coalizão partidária de centro-esquerda e o Movimento pela Ética na Política desencadearam, a partir de 16 de agosto, o Domingo Negro, um ciclo de mobilizações de massa, com participação estudantil muito importante, que só terminou em final de setembro, com a destituição de Collor. O Domingo Negro foi outro daqueles eventos transformadores, pois foi o estopim para o aprofundamento da crise política em curso, dando lugar a uma alteração nas relações entre as forças políticas em disputa, levando-as a um novo patamar.

Nessa manifestação, é possível perceber a força das organizações sociais, especialmente as que envolvem a juventude, na demonstração de unidade de ideias e ideais. Elas se uniram em torno do pensamento anti-Collor, que apresentava um plano com 17

medidas provisórias com o intuito de reorganizar as questões financeiras do país. Esse plano acabou se tornando um fracasso, e logo surgiram denúncias de corrupção, impopularidade e alta da inflação. Tudo isso desencadeou a instauração de uma CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), fortalecendo os movimentos estudantis que se denominaram os Caras Pintadas (Coelho, 2021).

A luta por direitos não cessou, e as organizações sociais e diversos espaços da sociedade se uniram para avançar nas questões que atendem à juventude. Em 2003, começou a tramitar no Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional número 138, que tinha o objetivo de garantir aos jovens um direito constitucional já assegurado a crianças e adolescentes. Em 2005, tivemos a criação do Conselho de Juventude (CONJUVE) e da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), conforme apresentado pelo Atlas das Juventudes (2020, p. 30):

O primeiro marco ocorreu quando o Governo Federal sancionou a **Lei nº 11.129/2005** que criou a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). A SNJ é o órgão que realiza a articulação de todos programas, projetos, políticas e ações que são destinados aos jovens. Já o CONJUVE, formado por representantes da sociedade civil e do poder público, tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, além de fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade dos jovens.

A criação da SNJ fortaleceu o olhar para as questões da juventude e a valorização desse público, promovendo sua participação e protagonismo na organização política do Brasil. Segundo Sodré da Silva e Rabassa da Silva (2011, p. 668), “o CONJUVE representa um importante canal de diálogo entre a representação juvenil e o governo federal e tem como objetivo assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas de juventude.” Isso possibilitou um diálogo mais amplo com o governo e lideranças políticas para assegurar a participação política dos jovens na defesa de seus direitos.

Em 2008, tivemos a primeira Conferência Nacional da Juventude e, com isso, a criação de secretarias, subsecretarias, diretorias, conselhos de juventude nos municípios e estados, e fóruns nacionais de gestores municipais e estaduais de juventude. Nesse período, foram incluídos jovens até os 29 anos como sujeitos de direitos, conforme afirmam Dulci e Macedo et al., Martin e Vitagliano (2019, p. 124)

O olhar específico para a juventude – inicialmente caracterizada pela faixa etária de 15-24 anos e, mais tarde, ampliada para 15-29 anos – foi impulsionado internacionalmente a partir do ano de 1985, decretado o Ano Internacional da

Juventude, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Naquele período, o debate público brasileiro e parcela expressiva das ações ligadas à juventude no país eram protagonizadas por ONGs.

Esse momento abriu espaço para a discussão sobre a realidade dos jovens e impulsionou o debate sobre as estratégias possíveis para que a juventude fosse ouvida diante das necessidades aparentes desse grupo juvenil. Mais uma vez, o chamado para ser protagonistas e agentes de participação se fortaleceu a partir dessas iniciativas. Em 2010, o Senado Federal incluiu o termo juventude na Constituição Federal com a PEC 42/2008 e a Emenda Constitucional 65/2010.

A proposta insere o termo juventude no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, mudança que aponta para o avanço das políticas públicas existentes, elevando-as a um patamar de política de Estado. A realização da I Conferência Nacional de Juventude foi muito importante para impulsionar a tramitação e aprovação da PEC da Juventude (Atlas das juventudes, 2020, p.30).

Com isso, veio o reconhecimento do jovem como protagonista. Segundo o PL nº 4530/2004, "protagonismo quer dizer lutador principal, personagem principal. Portanto, significa que o jovem tem de ser o ator principal em todas as etapas das propostas a serem construídas a seu favor" (BRASIL, 2004). Assim, observou-se o encorajamento para que os atores e atrizes pudessem agir como protagonistas, buscando a construção de diálogos em defesa da garantia de direitos e do fortalecimento da participação política desses sujeitos. O momento seguinte foi o de solicitar e trabalhar para que o Estatuto da Juventude saísse do papel e garantisse direitos.

Em 2013, foi publicada a tão esperada Lei do Estatuto da Juventude, com a previsão de políticas públicas a nível federal para as juventudes e a criação de um órgão federal para gerir a política nacional de juventude, atendendo às demandas apresentadas pela sociedade civil organizada, que reivindicava políticas públicas voltadas para esse público, conforme nos apresenta Martin e Vitagliano (2019, p. 10).

É importante ressaltar também o aumento das possibilidades de participação do jovem nas tomadas de decisão e no debate político, por exemplo, com a ocorrência das diversas conferências de juventude que permitiram a participação popular na construção das demandas e a aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013, que reconhece o jovem como sujeito de direitos universais e garante a valorização e promoção da participação política da população jovem.

Os grupos populares sempre trouxeram em suas pautas o anseio de trabalhar em prol de políticas públicas e do respeito aos direitos da população em situação de vulnerabilidade. Esse período foi marcado por grandes movimentos sociais, como o movimento negro, os

movimentos de gênero e a juventude, que se destacaram muito, demonstrando um verdadeiro protagonismo e luta por políticas públicas eficazes, como relatado por Figueiredo (2021).

No entanto, a ação voluntária desses organismos difere da característica de participação política, pois as instituições que participam deste estudo relatam em suas experiências ações como a doação para famílias em situação de vulnerabilidade e assistência às pessoas em situação de rua. Como bem trouxe a OS1: “Os trabalhos da juventude são bem amplos e, em sua maioria, visam a arrecadação de alimentos para as pessoas necessitadas. Temos projetos como a ‘campanha do quilo’, que consiste em sair de porta em porta pedindo doações e acontece todo segundo domingo do mês no Brasil.” Isso difere de ações voltadas para a promoção e formação política da juventude, já relatadas por grupos populares.

Entre 2013 e 2016, segundo Gohn (2019), houve muitas participações de grupos, movimentos sociais e diversas entidades, entre elas a juventude estudantil, que se tornou um marco na participação da sociedade brasileira na vida política e fomentou a efetividade do Estatuto da Juventude. Nesse período, também, em 2013, houve um aumento da participação da juventude em diversas conferências, influenciando os encaminhamentos políticos e a relevante aprovação do Estatuto da Juventude, que passou a reconhecer o jovem como sujeito de direitos, garantindo a sua participação política (Martin, Vitagliano, 2019).

O tema da juventude passou a ter um olhar diferenciado e ser pauta de políticas públicas como prioridade, com o protagonismo juvenil se tornando o foco, o que possibilitou um trabalho mais efetivo das organizações sociais junto aos jovens. O Estatuto da Juventude deu um novo fôlego para a congregação de mais organismos que possibilitaram a formação para a participação política da juventude.

Com a ascensão do extremismo e o golpe de 2016 no Brasil, vimos os ganhos da juventude se perderem, e novamente uma parcela da população se uniu para lutar contra esse golpe e resistir ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, conforme contextualizado por Bouzan, Martin e Vitagliano et al. (2019, p.121),

A resistência ao golpe de 2016, sem dúvida, é bastante emblemática. Durante a resistência ao *impeachment* da presidenta Dilma, as ruas foram palco de manifestações contra o golpe parlamentar quase que diárias. Pela democracia milhares de jovens, sem militância em partido ou grandes organizações, foram às ruas lutar para barrar o golpe contra a presidenta eleita, em uma demonstração real de maturidade política.

A partir de 2016, segundo o STF (2023), percebe-se uma ascensão do conservadorismo, um discurso de ódio e de extrema direita que arbitra contra a participação popular, o diálogo e tenta silenciar a imprensa, tanto a jornalística quanto a de mídias sociais. Com isso, a participação da juventude enquanto protagonistas foi se deteriorando diante de tantas desinformações e falta de consciência política, conforme salienta o STF (2023, p. 48)

O cidadão, no entanto, só fala e entende o português brasileiro, regional, a linguagem do povo. Informar ao público requer um esforço imenso, investimento em educação e a formação de consciência política, pública e gratuita. Requer transparência e prestação de contas, de ações, palavras e votos, requer inclusão e participação, requer, antes de tudo, a consciência de que a informação não partilhada, manipulada, ou inverídica, não é só ferramenta de poder, é corrupção *lato sensu*.

Diante dessas discussões, o papel das organizações sociais em reunir a juventude de periferia se torna muito importante. Por isso, é essencial investigar se esses organismos promovem o protagonismo e a mobilização com vistas à participação política de forma crítica. Esse período de incertezas enfraqueceu as instituições democráticas, pois em 2016 entrou em vigor a Lei 13.266/2016, que alterou a estrutura da Secretaria Nacional da Juventude e do CONJUVE, conforme nos relata o Atlas das Juventudes (2020, p. 31):

Essa normativa retirou a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude da Secretaria de Governo da Presidência da República, o que gerou grande mobilização nacional do CONJUVE e Conselhos de Juventude dos estados e municípios, das organizações da sociedade civil e movimentos sociais, além das juventudes partidárias, resultando em um manifesto assinado por 175 organizações.

Isso provocou um atraso imenso na participação política dos jovens e na consolidação de políticas públicas, devido a todo esse retrocesso advindo de forma unilateral. Agora, é necessário o fortalecimento da juventude inserida nas organizações sociais de periferia, percebendo a importância da participação das OSs e dos movimentos que atuam com a juventude.

Diante da história política do nosso país, a participação juvenil sempre contribuiu para a mudança de rumos na sociedade e nas políticas públicas. Alguns movimentos deixaram isso bem claro, especialmente os movimentos estudantis, que reforçaram a marcha por direitos e liberdade democrática. Conforme diz Butler e Princeswal (2012, p. 109), o “movimento estudantil instituiu-se como uma das principais categorias de mobilização e reivindicação das Reformas de Bases e que, vindo a desempenhar na década de 1960 um importante papel no cenário político e cultural brasileiro.” As organizações sociais também são uma forma de participação social, como dizem esses mesmos autores, “pois os jovens de hoje estão

envolvidos em outros espaços de participação, diferentes dos modos mais tradicionais de engajamento político.”

O golpe militar de 1964 a 1985 reprimiu com violência as manifestações, restringindo a participação da sociedade. Como afirmam Butler e Princeswel (2012, p. 109), “neste cenário, sob o uso da violência, a ditadura promoveu uma verdadeira caçada às lideranças da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a todos aqueles que ousassem desafiar seu autoritarismo.” Houve uma imposição de silêncio até a extinção da UNE em 1973, que, segundo esses autores (2012, p. 110), “as ações desencadeadas pelo Estado nos 21 anos de governo militar produziram a despolitização, o medo e a tentativa de silenciamento.” Foi um período de incertezas, mas não de falta de mobilizações. “Em 1988, o Brasil, na abertura democrática, consagra, com a promulgação da Constituição Federal, o reconhecimento dos direitos sociais e a política de proteção social.” (Santos, Teixeira, Freitas e Andrade et al., 2023, p. 132).

No Brasil, houve muitas manifestações com a participação dos jovens como protagonistas e mobilizadores, devido às inconsistências políticas nas lutas por igualdade e na construção de uma cidadania que atendessem a todos e todas, como nos diz Sander (2010, p. 8):

Os jovens voltam a tomar as rédeas das organizações em suas mãos, de sorte que pode ser afirmado que, gradativamente, os próprios jovens e as suas organizações voltam a ser as representantes dos jovens diante do Estado, especialmente na elaboração de políticas sociais para os jovens.

Ainda segundo Silva (2011), com a ascensão das redes sociais, abriu-se um espaço de participação para a juventude conectada, que faz uso dessa tecnologia. É um lugar onde os jovens têm um domínio elevado de informação e facilidade na busca de conhecimento, e que estão inseridos nessas organizações sociais.

No governo Lula, em 2005, a pauta da juventude ganhou destaque, obtendo instrumentos legais que colocaram os jovens em evidência com a Política Nacional da Juventude. No entanto, foi durante o mandato da então Presidenta Dilma, em 2013, que foi sancionado o Estatuto da Juventude, que trouxe princípios fundamentais, entre eles a promoção da autonomia e emancipação dos jovens (Silva, 2011).

Com o advento do golpe de 2016, o então Presidente Michel Temer editou o Decreto 9.025, que instituía o Comitê Interministerial da Política da Juventude e mudou a composição desse órgão, apresentando diversas limitações (Morais, Silva e Silva Frota (2021, p. 232): “foram impostas diversas restrições, como a redução do número de representantes da

sociedade civil e a redução do número de encontros dos colegiados.” Na realidade, a prioridade do governo na época era o ajuste fiscal, e muitos recursos foram cortados do orçamento destinado a investimentos em políticas públicas voltadas para a juventude.

Os dados apontam que um volume significativo de recursos vem sendo desviado de importantes programas sociais para pagamento da dívida, colocando em risco os direitos sociais e econômicos de milhões de brasileiros. Conforme pode ser visto nesse estudo, uma das áreas mais atingidas pela política de austeridade foi o direito da juventude. Ao analisar as variações orçamentárias nominais de programas selecionados do Brasil no período de 2014-2017, o estudo mostra que os programas na área da Promoção dos Direitos da Juventude tiveram um decréscimo de 83% [...] (Pedreira, 2020, p.131).

Segundo o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento Cebrap (2021), uma pesquisa revelou que 75% dos conselhos e comitês nacionais foram extintos ou esvaziados durante o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019 – 2022), provocando o desmonte da participação da população, conforme apresentado por Moraes, Silva e Silva Frota (2021, p. 231).

A eleição de Jair Bolsonaro, no final de 2018, representa uma guinada completa na experiência participativa brasileira. Chegava ao poder não apenas um bloco ultraconservador sem compromisso com democracia, mas alguém disposto a destruir o que já fora implementado.

Era através desses espaços que a sociedade participava efetivamente das discussões do governo sobre temas relevantes para o país e colaborava nas decisões sobre políticas públicas em várias esferas, como na saúde, na educação, no meio ambiente e na defesa dos direitos humanos.

Desconstruir é o verbo. Agir no presente para firmar outra narrativa do passado e condicionar o futuro. Portanto, a lógica do governo federal na gestão Bolsonaro é guiada pelas ideias de desmonte, extinção, destruição, aniquilamento. Não é à toa que a marca de 100 dias do governo Bolsonaro foi comemorada, entre outras coisas, com a publicação do Decreto nº 9.759/2019, normativa que tinha como objetivo extinguir e alterar as regras de criação e funcionamento de colegiados da administração pública federal. A manifestação conservadora do novo governo ganhou corpo ao extinguir conselhos, comitês e comissões de âmbito federal com presença significativa da sociedade civil em sua estrutura (Moraes, Silva e Silva Frota, 2021, p.231).

Conselhos como o de Segurança Alimentar, o de Direitos das Crianças e Adolescentes e os Conselhos de Juventude foram esvaziados, restringindo a participação da sociedade. Segundo Moraes, Silva e Silva Frota (2021), “o Decreto nº 9.759/2019 atingiu diretamente um total de 2.593 colegiados, sendo 996 ligados a instituições federais de ensino, 734 criados por atos internos do governo federal e 863 sem ato de criação identificado”.

Ainda segundo Freitas e Andrade (2021, p. 30), “um novo decreto mudando a estrutura do conselho – referimo-nos ao Decreto nº 10.003, de 4 de setembro de 2019, que exonerou todos os conselheiros do Conanda e restringiu a participação da sociedade civil” – foi mais uma demonstração de que ouvir e dar voz a todos os atores e atrizes da sociedade se tornou irrelevante para a política desse governo.

No entanto, uma apreciação do Supremo Tribunal Federal, a pedido do Partido dos Trabalhadores, conseguiu barrar parcialmente esse decreto. Segundo Moraes, Silva e Silva Frota (2021), “a tentativa explícita de extinguir os conselhos e demais colegiados foi parcialmente barrada por via judicial, mas isso não foi suficiente para impedir o desmonte.” Esse desmonte atingiu também a população jovem negra, mas a política aplicada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023 - 2027) voltou a investir na juventude negra.

Segundo o Ministério da Igualdade Racial (2024), que publicou o edital nº 2, que trata de ações afirmativas em contraste com a política de desmonte dos conselhos e da participação da juventude realizada no governo de Jair Bolsonaro, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023 - 2027) anunciou um investimento de mais de 665 milhões de reais no maior pacote de políticas públicas para a juventude negra no país. Isso é um exemplo do incentivo à participação da juventude nas questões fundamentais em nosso país. Para a ministra Anielle Franco (2024), é muito importante possibilitar que os jovens tenham acesso a direitos e políticas para a juventude.

Trabalhar para que nossos jovens possam acessar direitos e viver em suas máximas potencialidades é um compromisso central do Ministério da Igualdade Racial e de todo Governo Federal. Para nós, a vida plena da juventude é inegociável, esse é um legado do qual não abriremos mão (Portal Gov.br, 2023).

Com isso, a princípio, pretende-se abrir portas para possibilitar que os jovens obtenham alguma autonomia e vislumbrem um caminho para que o protagonismo, a participação e a mobilização se tornem realidade, priorizando a juventude.

Entender que é na juventude que se enxerga as grandes possibilidades de participação nos diversos campos da sociedade – desde a sua primeira comunidade de vida, que é a família, passando pela vizinhança, igreja, escolas, trabalho, espaços de cidadania e ciclos de convivência diversos que os norteiam para uma vida plena – é fundamental. Como ressalta o Movimento dos Sem Terra MST (2023), “espaços esses que devem ser construídos na perspectiva de participação dos jovens, dando ênfase e importância à sua fala e contribuição”.

Nesse estudo, trata-se da relevância da criação de espaços de protagonismo, mobilização e participação da juventude, como, por exemplo, no Acampamento da Juventude em Luta, por Terra e Soberania Popular, promovido por diversos movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Sem Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Via Campesina, que compõem a juventude da classe trabalhadora e a juventude urbana, entre outros, segundo informações do MST (2023).

O evento ocorreu em Brasília, em outubro de 2023, com a participação de mais de dois mil jovens de todo o país, com a intenção de potencializar a plataforma de lutas das juventudes, numa demonstração de que os jovens não estão alheios às crises institucionais que ocorrem em nosso país e no mundo. Calar não é uma opção (Site UNE, 2023).

Segundo Brasil de Fato BdF (2023), na ação desse evento foi possível perceber que existe uma juventude pulsante que requer um olhar da sociedade para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a defesa de direitos e um debate permanente sobre temáticas como patriarcado, racismo e a construção de relações humanas emancipatórias. E nisso os atores e atrizes tiveram uma demonstração de participação e protagonismo dos jovens do Brasil.

Diante da história política do nosso país, a participação juvenil sempre contribuiu para a mudança de rumos na sociedade e nas políticas públicas, alguns movimentos deixaram isso bem claro, especialmente os movimentos estudantis, que fortaleceram a marcha por direitos e liberdade democrática. Conforme dizem Butler e Princeswal (2012, p. 109),

O movimento estudantil institui-se como uma das principais categorias de mobilização e reivindicação das Reformas de Bases e desempenhou, na década de 1960, um importante papel no cenário político e cultural brasileiro [...], e os jovens de hoje estão envolvidos em outros espaços de participação, diferentes dos modos mais tradicionais de engajamento político.

E as organizações sociais também são uma forma de participação social, como apresentaram esses autores.

CAPÍTULO II

2 A JUVENTUDE DA PERIFERIA EM BRASÍLIA

Aqui tratou-se da participação e organização da juventude em Brasília, destacando a importância da criação de espaços para debates e participação da juventude. Nesse capítulo, procuramos mostrar os desmontes na política de atendimento aos jovens, as diversas situações de violência vividas e lembrar a ação juvenil que sempre movimentou as lutas por políticas públicas em prol da juventude.

2.1 - JUVENTUDE E PROTAGONISMO: AUTONOMIA, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS.

Tratar do protagonismo entre a juventude é uma demanda social que se tem tornado bastante necessária no dia a dia dessa população. Segundo Silva e Ximenes (2019, p. 13), “com isso, temos que o protagonismo juvenil pela via da autonomia se constrói coletivamente, com o fortalecimento da identidade do jovem, da ação ativa do sujeito, da capacidade de tomada de decisões e de seu compromisso social.” Essa autonomia fortalece o trabalho das organizações sociais e possibilita um entrosamento entre os jovens que ali atuam, mas que nem sempre resulta em políticas públicas. Segundo Sander (2010), “ao mesmo tempo em que o agente tem a autonomia de decidir e fazer o que considera importante, ele estabelece uma relação de dependência em relação ao espaço social e aos outros agentes”.

A autonomia na ação juvenil está presente nas lutas por democracia e políticas públicas em prol da juventude, destacando que eles são sujeitos de direito. Sander (2010) afirma que “é através da participação e das formas como ela se dá que os sujeitos vão constituindo a sua própria identidade, seja enquanto pessoas ou enquanto cidadãos.” Mesmo em períodos de repressão e momentos de privação da liberdade de participação, isso não foi perdido. Deve-se valorizar essa participação e buscar o impulso natural para a demonstração do seu protagonismo, como indicam Butler e Princeswal (2012, p. 108), a participação da juventude é fundamental para que muitas transformações aconteçam e afirmam que essa participação está diretamente ligada às questões de liberdade e ao bom uso da democracia:

Ao partimos do pressuposto de que a participação “formal” está diretamente - mas não exclusivamente - relacionada com o grau de democracia vivenciado no país, podemos apontar que, historicamente no Brasil, diversas foram as formas instituídas para coibir a participação da população.

A participação política faz o protagonismo acontecer, por isso é importante que essas organizações sociais busquem uma formação política para conhecer e ter a criticidade necessária para agir em busca de seus direitos. Como ressalta Dairell (2003), “a juventude carece de políticas públicas que os contemplem em todas as dimensões, desde a sobrevivência até o acesso aos bens culturais”, e ações que fortaleçam seus discursos em busca dessas políticas para os jovens. A ideia é tirar esse público da margem e colocá-lo no centro das discussões e debates como protagonistas e não meros coadjuvantes. Silva e Ximenes (2019, p. 5) afirmam que “existem diversos modos e mediadores da participação política, não só aquele modo que persiste no imaginário social do jovem que faz reivindicações coletivas e manifestações públicas”.

Importante entender o conceito sobre as OSs trazido no decreto 9190/2017:

Poderão ser qualificadas como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.

Na caminhada de jovens que vivem na periferia de Brasília, muitos deles encontram nas ruas da cidade possibilidades de se envolverem em projetos, atividades como oficinas de hip hop e batalhas de rimas que colocam o jovem junto com seus pares diante de interesses comuns.

Esse interesse comum é uma das características dessa juventude que busca ser protagonista em seus bairros. A participação em seus organismos é uma alternativa possível para inserção na sociedade. Segundo Sander (2010), “nessa perspectiva, a participação é um meio para conseguir apresentar e alcançar seus interesses. Ela se concretiza e se compreende através de ações que cada cidadão pode fazer para atingir objetivos políticos. Ou seja, ‘tomar parte’ e ‘ser parte’.” Não perdendo o foco na progressão a partir da participação, a inclusão dos jovens nos afazeres das instituições às quais fazem parte são chaves que abrem portas para um mundo de sucesso.

Também se pode dizer que a religião tem bastante influência na organização dos jovens que vivem em periferia, pois muitos começam sua socialização, encontros e a formar sua opinião dentro desses grupos, que despertam diversas lideranças. Muitos também começam a despontar na caminhada política e a partir daí discutem a importância da construção de políticas públicas de juventude com uma abordagem participativa e com diálogo.

Diferentes pesquisas afirmam que a religião é o principal espaço de encontro/socialização dos jovens. Assim, penso que dentro de uma perspectiva de construção de Políticas Públicas de Juventudes de forma participativa, em que haja envolvimento direto dos e das jovens, o espaço das religiões é foco obrigatório de se procurar diálogo, de se buscar reverberação (Fonseca, 2007, p. 4).

De acordo com Fonseca (2007), embora se vislumbre a participação de grupos religiosos em ações que tratam dos direitos da juventude, da importância da mobilização e do protagonismo com vistas a políticas públicas, muito pouco se tem visto em relação à motivação dos líderes religiosos nessa perspectiva, o que pode levar a juventude a um estado de alienação e desinteresse pelas questões públicas, que são de extrema relevância para o público jovem.

O autor assim descreve:

Temos uma massa de jovens organicamente constituída e que, boa parte, encontra-se alienada do processo das Políticas Públicas de Juventudes. É fato que alguns grupos religiosos precisam fazer seu dever de casa. Entre evangélicos, discute-se a viabilização de um espaço, uma espécie de Fórum Evangélico de Juventudes, para uma atuação mais ativa neste diálogo/processo. Já a Pastoral de Juventude, ligada a Igreja Católica, têm adotado há alguns anos o tema das Políticas Públicas de Juventude como central em sua formação e discussões, desenvolvendo importantes iniciativas e provendo atuantes quadros. Outros grupos religiosos também têm feito esse trabalho, mas também cabe às organizações não-religiosas e ao Estado visualizar e incluir as organizações e grupos ligados às religiões. Estes grupos têm potencialmente grandes possibilidades de efetiva participação. É um diálogo que pode ser difícil e demorado, mas que não pode ser dispensando quando se fala em Políticas Públicas de Juventude, construção de autonomia e Cultura de Paz (Fonseca, 2007, p. 4).

Ao incluir a OS2, que é um movimento ligado à Igreja Católica, neste estudo, percebeu-se a relevância de sua participação na comunidade. No entanto, em muitas ações, ainda se voltam predominantemente para questões de assistência às pessoas em situação de vulnerabilidade, reforçando o pensamento de Fonseca (2007) sobre a alienação no processo das políticas públicas.

Independente da atuação dessas organizações de juventude, a violência também tem sido um fator que impõe dificuldades ao engajamento dos jovens da periferia, pois afasta a perspectiva de dias melhores e afeta principalmente homens pobres e negros, que sentem na pele a opressão e a exclusão.

A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos a economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente [...], são, sobretudo os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva (Soares, 2004, p. 130).

Não discutir a violência que afeta a juventude é ignorar a relevância de ações que possam levá-los a participar efetivamente da luta por seus direitos, pois a violência os distancia da participação política e social. Principalmente a violência entre eles, como nos contextualiza Oliveira (2017, p. 4): “A violência entre o segmento juvenil tem crescido de forma vertiginosa, demonstrando a necessidade de interferência do governo com ações voltadas para a sua prevenção. Nesse sentido, é preciso ressaltar que os jovens tanto são vítimas quanto praticantes da violência”.

Ressalta-se ainda que essa violência distancia a juventude de espaços que poderiam contribuir para debaterem as políticas públicas e sua participação política na sociedade. Vale destacar que a violência não é algo exclusivo da juventude, mas está presente na sociedade como um todo, como diz Sander (2010, p. 2):

Na atualidade, a fase da juventude muitas vezes vem associada a muitos fatores negativos (como criminalidade, violência e drogas), há uma tendência de apresentá-la como se não fosse parte da sociedade. Fala-se de juventude como se ela não fosse parte constituinte da sociedade, com a intencionalidade implícita de atribuir esses fatores negativos apenas à juventude e não à sociedade como um todo, o que é, obviamente, um equívoco.

Ainda vemos algo muito agravante na periferia: a violência contra a juventude negra, que os distancia ainda mais de ações positivas e protetivas. Como nos apresenta Beto e Beghin (2005, p. 194), eles são as “principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, e ainda os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres”, a maioria das quais está na periferia das grandes cidades.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2023) revela no Atlas da Violência que, em 2021, de cada 100 jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas de violência letal. No Brasil, houve 36.922 homicídios de pessoas negras em 2021 e, no DF, a cada 1.000 habitantes, 304 eram pessoas negras. O descompromisso com a juventude está comprometendo o futuro da nação.

Tudo isso reflete diretamente nos jovens que estão na periferia. Segundo a Agenda Juventude Brasil (2013), 47% dos jovens consideram o apoio do governo importante para a garantia de direitos, participação, protagonismo, mobilização e desenvolvimento de políticas públicas em seu favor.

Por isso, é muito importante criar espaços que possibilitem à juventude da periferia o acolhimento e a formação. Essas organizações sociais podem ser esse espaço de formação, preferencialmente em tempo integral, para produzir efeitos positivos na vida desse público e, quem sabe, protegê-los de diversas violências. Toda essa violência impede que a participação e o protagonismo da juventude realmente aconteçam. São necessários lugares que colaborem na prevenção, na formação política e ideológica, na elaboração de políticas públicas e na educação, com a participação real da juventude.

No método de formação, é preciso avançar na compreensão de que as atividades massivas com os (as) jovens precisam vir acompanhadas de um processo mais consistente na base, caso contrário, elas se tornam eventos. Da mesma forma, precisamos ter atenção para os temas que são trabalhados com a juventude. Mesmo sendo necessários, muitos (as) jovens ficam alheios a alguns debates por falta de contato inicial em outros espaços de formação, por isso, pelo aprendizado e experiências, podemos ir exercitando e aperfeiçoando as pequenas plenárias, ainda que sem abandonar os encontros massivos, como espaços reduzidos e com maior possibilidade de apreensão do conhecimento, facilitando também que se faça o diálogo dos grandes temas com a realidade concreta da juventude (CNJMST, 2019, p.115).

Mobilizar as juventudes é uma forma de nutrir as perspectivas que validem suas vidas e fortaleçam sua luta por garantia de direitos, além de permitir que se organizem em diversos espaços, desde coletivos temáticos a grupos de jovens ou movimentos de rua, na perspectiva de trabalho conjunto. Como diz a SNJ (2013), “o que se quer é que o jovem tome seu lugar como mobilizador e protagonista, desempenhando o papel principal nas discussões que tratem do seu papel enquanto juventude”. Também destacamos a forma peculiar que a juventude encontrou para se mobilizar por meio das mídias sociais e do uso da internet desde o início do século XXI com todas as consequências que esse recurso trouxe, conforme salienta Canalli, Jorge et al. (2023, p. 82)

A primeira década do século XXI foi marcada por notável otimismo quanto às consequências políticas e sociais da massificação do acesso à internet e a correspondente intensificação do fluxo de informações digitais. A universalização da Internet era vista como uma força social eminentemente positiva e o amplo acesso ao conhecimento por ela permitido prometia uma era inédita de liberdade e prosperidade. [...] No curso dos eventos, plataformas como Facebook, Twitter e Youtube foram amplamente usadas pelos insurgentes, tanto para se organizarem quanto para exporem os acontecimentos à comunidade internacional; a promessa de uma tecnologia a serviço da liberdade e da democracia parecia finalmente estar se cumprindo.

O uso dessas mídias de forma desconectada das discussões críticas sobre o valor da participação política e crítica da juventude demonstraram uma fragilidade no uso favorável desse meio para a efetividade de políticas públicas voltadas a juventude de periferia e apropriação de tudo isso pelas OSs.

A periferia tem sido o lócus de grandes ações e coletivos que abraçam a juventude, acolhendo suas demandas e anseios, não importa se o espaço é a escola, a rua, a igreja ou a comunidade na qual estão inseridos. A perspectiva é que esses espaços se tornem locais de construção de conhecimento, participação, mobilização, protagonismo e debate sobre a proteção contra a violação de direitos, a proposição de políticas públicas, a emancipação da juventude e o fortalecimento de parcerias.

Nesse sentido, é importante voltar o olhar para espaços que possibilitem o protagonismo e a participação nas quadras das regiões administrativas do DF como uma possibilidade de melhorar a mobilização de jovens. Apresentamos algumas organizações sociais que desenvolvem ações de assistência e atendimento à população jovem nas áreas de cultura e esportes, com o intuito de incluir o jovem na participação social como ator e atriz principal na luta por direitos.

A juventude, quando participa, manifesta um potencial de protagonismo e mobilização, características próprias que, segundo Dayrell (2005, p. 34), são uma “condição social e uma representação” do potencial e da força de ser, demonstrando a capacidade de transformação de um povo.

2.2 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS NA ATUAÇÃO COM OS JOVENS DO DF

A participação das organizações sociais e dos movimentos de juventude tem um valor muito significativo no que diz respeito a reunir a população jovem em torno de interesses comuns, ao reconhecimento entre seus pares e ao fortalecimento dessas organizações, tarefa que cabe à sociedade civil. Segundo Tilly (2010), esses movimentos sociais são organizações inclusivas compostas por vários grupos de interesses. A participação de diversos segmentos da sociedade, cada um com sua representatividade e significados, visa um objetivo comum e acredita na força que vem do coletivo.

Como os jovens estão em toda parte e em diversas situações, essas diferentes realidades possibilitam um debate interessante dentro dessas instituições da sociedade civil sobre as demandas que afligem a juventude e sobre as situações e desafios que esses movimentos enfrentam diante da sociedade civil.

É importante perceber que cada organização social ou movimento tem sua própria história, interesses e objetivos. Tilly (2010, p. 142) nos diz que os movimentos sociais não se referem a qualquer ação popular, mas sim a um conjunto particular, interconectado, em evolução e com um histórico de interações e práticas.

São essas práticas comuns de cada organização que delimitam seu espaço de atuação. Pode-se afirmar que a OS2, ligada à Igreja Católica, por exemplo, traz em suas diretrizes ações que se alinham com a perspectiva de seu fundador missionário, que se conceitua como uma associação de cristãos comprometidos, procurando viver a fé pelo testemunho da caridade para com os pobres. Esse interesse comum é o que faz com que tenham uma perspectiva de ação na comunidade de periferia onde estão inseridos (ECAFO SSVP 2022).

A OS1 apresenta uma abordagem um pouco diferente da OS2 em relação à população jovem. Eles se mobilizam por meio de ações voltadas para a cultura, o esporte e a participação em eventos sociais como o Top Cufa DF e a Taça das Favelas Brasília, como estratégia para alcançar seus objetivos e atender aos jovens da periferia. Sobre essa OS1, o Correio Braziliense (2018) relatou:

é uma organização sem fins lucrativos que atua com a colaboração de voluntários e parceiros que se identificam com a causa, suas ações se apresentam muitas vezes na forma de esporte e cultura e têm também trabalhado com as questões de empreendedorismo com o objetivo de colaborar na autonomia financeira dos jovens que frequentam o organismo. Esse instituto desenvolve ações como a “batalha de

ideias” que envolve jovem de 15 a 20 anos para fazer rimas, também agrega o time de futebol Sol Nascente Futebol Clube.

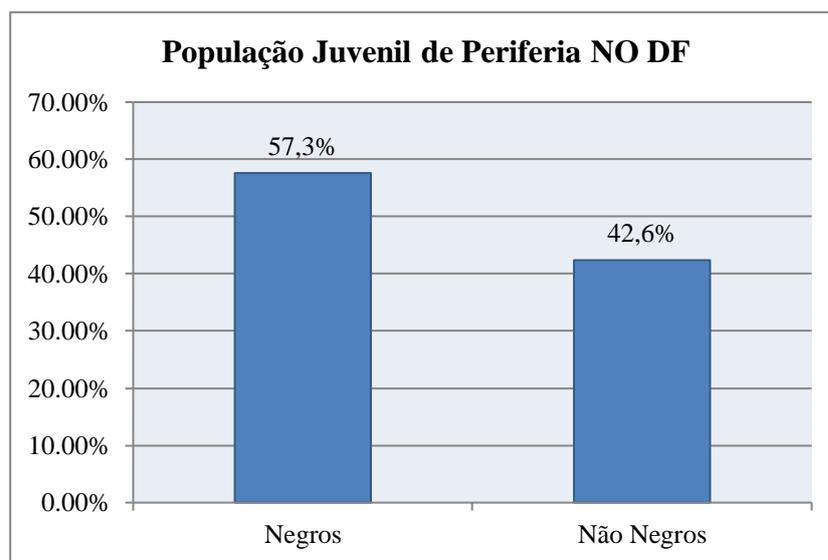
Tilly (2010, p. 137) nos explica o que realmente constitui esses organismos, destacando que eles devem ir além das ações superficiais. O papel dessas organizações na sociedade deve transcender seus próprios interesses e se concentrar em atender às demandas públicas apresentadas por esse público juvenil e pela população em geral.

O que constitui um movimento social não são apenas as ações dos demandantes, os objetos de demanda ou o público, mas a interação entre esses três elementos. Mesmo que alguns entusiastas se dediquem dia e noite ao movimento, o grosso dos participantes se move alternadamente entre a apresentação de demandas públicas e outras atividades, incluindo o trabalho cotidiano de organização que sustenta uma campanha (Tilly, 2010, p. 137).

É nesse contexto que as organizações sociais e os movimentos desempenham um papel relevante diante da juventude de periferia, buscando dar voz e vez aos atores e atrizes com o intuito de evidenciar o papel protagônico dos jovens, em sua maioria inseridos nessas organizações sociais. Cabe destacar que, nas instituições participantes deste estudo, conforme informado pelos representantes através das respostas no formulário eletrônico, a maioria dos membros é composta por pessoas pretas ou pardas, o que nos leva a querer entender um pouco mais sobre a população juvenil negra no DF.

2.3 INCLUSÃO E A POPULAÇÃO JUVENIL NEGRA DO DF

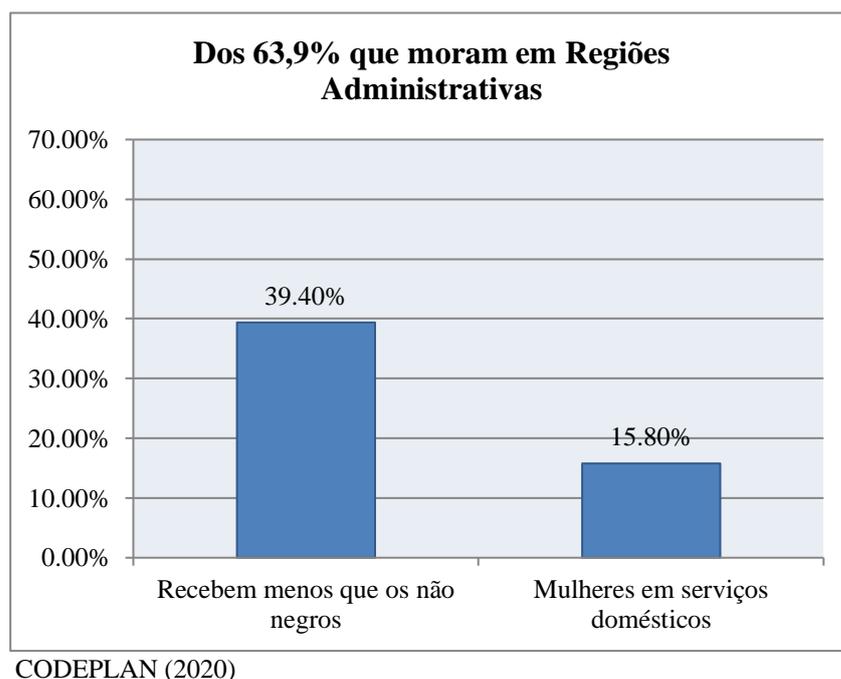
Pensando na população juvenil de periferia, algo que se destaca claramente é que, em sua maioria, é composta por pessoas negras. No gráfico abaixo, ficam nítidas as desigualdades raciais no Distrito Federal, conforme mostra a pesquisa realizada pelo IPEDF (2021). Em 2021, 57,3% da população do DF se declarou negra, sendo 46,2% parda e 11,1% preta. Acompanhando a evolução da população juvenil da periferia, observamos diferenças substanciais. No gráfico abaixo, a proporção de jovens negros no DF é superior à do Brasil, que é de 53,6%.



IPEDF (2021)

O gráfico, revela que, apesar de a juventude negra no DF ser maioria, ela ainda é tratada de forma desigual. É necessário que as políticas públicas sejam mais assertivas para combater essas desigualdades e colaborar no desenvolvimento e nas possibilidades de garantir a dignidade dessa população.

No gráfico a seguir, podemos observar as condições de moradia da juventude negra do DF, que apresenta uma grande discrepância, reforçando as questões socioeconômicas dessa população. Os jovens negros são os mais afetados pelo problema do desemprego. Dos 63,9% que moram nas regiões administrativas, 39,4% recebem menos do que os não negros, e a porcentagem restante afeta diretamente a população jovem negra. Além disso, ao analisar a questão das jovens mulheres negras, 15,8% atuam em serviços domésticos, o que limita suas oportunidades de ascensão em áreas técnicas e com ganhos superiores, frequentemente marcados pelo mínimo estabelecido pelo Estado.



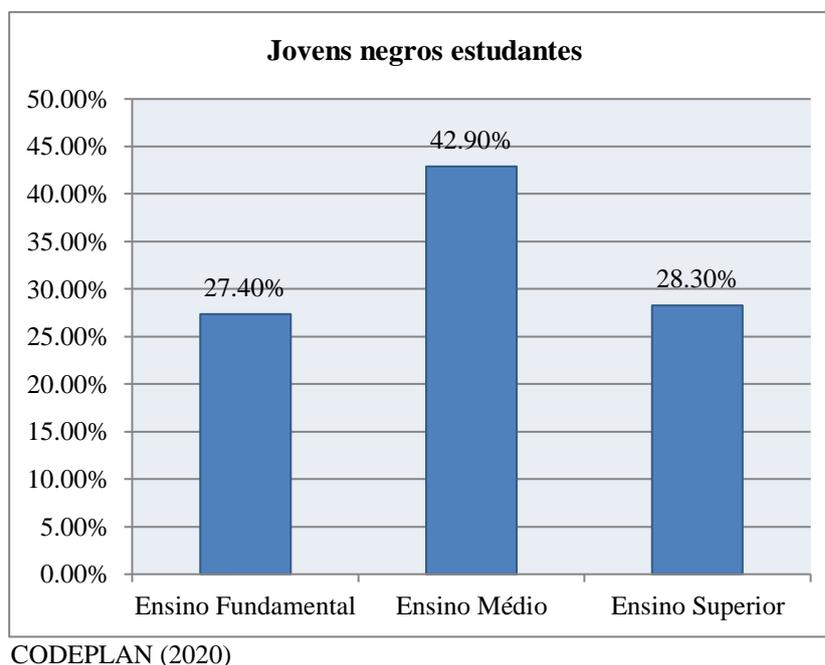
Entre as regiões administrativas do Distrito Federal, observa-se que nas áreas com maior poder aquisitivo, como Lago Sul e Park Way, há uma quantidade menor de jovens negros, apenas 38,3%. Esses jovens, que se identificam como negros, são predominantemente trabalhadores domésticos ou prestadores de serviços e recebem menos do que os não negros (39,4%). Além disso, a maioria das mulheres nessa faixa etária (15,8%) atua diretamente no serviço doméstico.

Cabe observar, a partir do gráfico apresentado, que os jovens não negros são a maioria na frequência escolar na faixa etária de 14 a 24 anos. Isso leva a refletir sobre os fatores que dificultam o acesso desse público à escola na idade regular, evidenciando que a exclusão recai especialmente sobre a juventude preta ou parda, em particular nas cidades de periferia. É interessante notar que a maioria dos jovens negros está nos ensinos básicos, enquanto a maioria dos jovens não negros está no ensino superior. Isso evidencia a desigualdade no acesso à educação, mesmo que a pesquisa mostre um pequeno aumento no acesso ao ensino superior para esse grupo de 2011 a 2018, ainda não se alcança uma equidade na população. Segundo Sampaio, Martin e Vitagliano et al. (2019, p. 47),

A população periférica é majoritariamente negra. A presença dos negros nas universidades é bastante limitada e também existe uma defasagem muito grande de negros nas representações políticas, assim como nos cargos de mais alto escalão. Já nos empregos mais precários e informais, entre a população de rua e a carcerária, estão majoritariamente negros.

Olhando por essa perspectiva, percebe-se o quanto é necessário avançar no campo de políticas públicas que ampliem o acesso da população negra a bens e serviços. Se 61,8% dos

jovens no DF são negros e a maioria está alocada nas regiões periféricas, o olhar do Estado precisa de fato estar focado nessa realidade.



O acesso à informação e o empenho em criar alternativas salutares que atendam a essa juventude são urgentes para garantir direitos e promover o desenvolvimento do protagonismo e da mobilização juvenil na periferia. Essa análise de dados sinaliza a relevância de se priorizar questões de políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades entre a população jovem do DF.

Vale ressaltar que, para o avanço e inclusão da juventude negra, é essencial um olhar acolhedor e a oferta de boas formações que permitam uma reflexão crítica sobre sua situação e sobre como agir para avançar em seu desenvolvimento pessoal, familiar e social segundo apresentado por Sampaio, Martin e Vitagliano et al (2019, p. 47). Ainda segundo Cruz Freitas (2018, p. 51),

Quando os participantes do jogo realizam determinada ação no sentido de resolver um problema, desatar um nó, decidir o que, como e porque fazer algo no âmbito das políticas públicas, a nossa experiência prática e teórica é de que quase sempre, o jogo político que envolve muitos atores e dentre eles, o Estado, o Capital e o Trabalho, não favoreceu de igual forma os atores da rede.

Por isso, é fundamental perceber e refletir sobre a importância dos jovens que estão na periferia ao procurar validar suas ações em prol de políticas públicas consistentes voltadas para esse público, promovendo um debate amplo na perspectiva de incluir essas organizações sociais na pauta de discussão do Estado.

É importante que todos que, de alguma forma, trabalham com jovens também promovam a inclusão, o protagonismo e a mobilização juvenil dessa parcela da população negra em seus projetos e atividades desenvolvidas, fazendo valer a garantia de direitos e fortalecendo o espaço de escuta, democracia, emancipação juvenil e transformação com e pelos jovens.

Aqui se destaca a relevância das organizações sociais e das comunidades periféricas em colaborar no debate e na construção de políticas públicas que favoreçam esse grupo, na perspectiva de mobilização e protagonismo. É crucial trazer para as instituições que se propõem a desenvolver essas potencialidades que a juventude de periferia, através dessas organizações, também quer contribuir na defesa de seus direitos, ser ouvida e atuar em conjunto com o Estado para elaborar políticas públicas que a insiram com autonomia na sociedade (Silva e Ximenes, 2019, p.x).

A análise da participação política dos jovens de periferia, sua mobilização e protagonismo revela um cenário complexo e multifacetado, mas não distante da real condição de se pensar em ações que dignifiquem esse público. A juventude periférica, muitas vezes marginalizada e excluída das esferas tradicionais de poder, tem demonstrado uma capacidade notável de organização e resistência. Como apresenta Souza (2009, p. 10), “a política é anulada, de um lado, pela prescrição do fazer coisas como forma de participação e, de outro, pelo próprio discurso que forja o consenso e impede a fala autônoma e transgressora”.

As experiências abordadas ao longo do capítulo ilustram que a juventude periférica tem sido um motor de mudança social, agindo como catalisadora de novas dinâmicas políticas e sociais. O olhar das organizações sociais às quais esses jovens pertencem pode aproveitar isso para trabalhar a participação política deles em seus bairros. Seus esforços mobilizadores têm contribuído para a democratização da participação política e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao longo da história, Souza (2009) reforça que “a participação dos jovens no desenvolvimento deles próprios e no de seus países contribui para o chamado desenvolvimento humano ou social,” e valorizar esses atores e atrizes vai agregar força no desenvolvimento de seus pares. Esses jovens trazem perspectivas únicas e inovadoras, frequentemente baseadas em suas experiências de vida e desafios diários. Sua atuação destaca a importância da inclusão de vozes diversas no processo democrático e no desenvolvimento da participação política.

Paralelamente as mudanças de discursos/práticas que visam a inclusão participativa de crianças e jovens na sociedade, também acreditamos que as formas tradicionais de participação política, especialmente, na atual geração de jovens estão se transformando significativamente. (Butler e Princeswal, 2012, p.103)

Vimos que os jovens de periferia, muitas vezes marginalizados e sub-representados, não perdem sua capacidade intrínseca e notável de organização e mobilização. Eles utilizam diferentes plataformas, desde as tradicionais, como organizações sociais, até as modernas, como redes sociais, para amplificar suas vozes e demandas. Esse movimento é marcado por uma diversidade de ações que vão desde protestos e manifestações até projetos sociais e culturais, evidenciando um profundo engajamento com suas realidades locais. “Além do mais, existem diversos modos e mediadores da participação política, não só aquele modo que persiste no imaginário social do jovem que faz reivindicações coletivas e manifestações públicas” (Silva e Ximenes, 2019, p. 5).

Em suma, a participação, a mobilização e o protagonismo da juventude periférica, independentemente de cor, raça ou outros estereótipos, são forças transformadoras na luta por direitos e justiça social. Reconhecer e apoiar essa participação é essencial para o fortalecimento da democracia e para a construção de um futuro mais inclusivo e igualitário. Este estudo quis contribuir para uma compreensão mais profunda desse fenômeno, destacando a importância de estratégias que promovam a participação ativa e significativa dos jovens de periferia nos processos políticos e sociais, e verificar se as organizações sociais têm desenvolvido um trabalho voltado para o protagonismo, a participação política e a mobilização para a efetivação de políticas públicas.

2.4 – AÇÕES E PERCEPÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM BRASÍLIA

O protagonismo da juventude deve ser fortalecido para que haja uma participação efetiva dos atores e atrizes envolvidos em organizações sociais. Segundo Souza (2009, p. 16), “o protagonismo juvenil é o discurso da juventude. É também o discurso da juventude sem voz”. Por isso, é fundamental dar atenção ao jovem que vive nas periferias de Brasília sem conceitos pré-concebidos.

Os organismos realizam a maioria de suas ações nas ruas da cidade com voluntários, pois acreditam que muitas realidades podem ser mudadas na vida de jovens e adolescentes. É crucial promover a defesa de direitos e repensar ações educativas que motivem o protagonismo e a mobilização da juventude dentro de sua realidade, muitas vezes sofrida e esquecida pelo poder público.

Repensar a participação desses organismos na vida dos jovens é muito importante, pois eles se reinventam para colaborar na construção de uma vida mais digna entre seus pares, com grande voluntariado no desempenho de seu papel social. Conforme nos traz Souza (2009, p. 16), “participação, atuação, cidadania e voluntariado confundem-se na nova forma de fazer política”, mas isso não pode ser uma ação exclusivamente da população; deve ser uma ação compartilhada entre os diversos setores da sociedade.

De acordo com Silva e Ximenes (2019), o protagonismo juvenil pela via da autonomia se constrói coletivamente, com o fortalecimento da identidade do jovem, da ação ativa do sujeito, da capacidade de tomada de decisões e do seu compromisso social.

Cada experiência vivida na periferia nos faz adotar um olhar crítico em relação às organizações sociais que se propõem a desenvolver atividades com a juventude. Se a população percebe carência em políticas públicas que colaborem com o protagonismo e a mobilização, é necessário entender que uma busca ativa aos jovens de periferia é eminentemente urgente. A busca ativa, segundo Pereira (2014), “é possível interagir não só com o usuário, de maneira isolada, mas com o mundo que o cerca, seu espaço e território”. Segundo Scalon (2013), é importante observar que ocorreram mudanças significativas e permanentes na forma de organização política da sociedade civil, o que leva a crer que é preciso ir ao encontro dos jovens que, por vezes, não sabem como acessar espaços que promovam seu desenvolvimento político e social.

O jovem é um ator estratégico para o desenvolvimento social, com sua necessidade de enfrentar problemas, e é importante que essas inquietações sirvam para o desenvolvimento de políticas públicas e de mais ações afirmativas no contexto da juventude. É essencial que essas ações estejam alinhadas com o protagonismo e a mobilização. Souza (2009, p. 16) nos diz que “a participação nas atividades, na aplicação das políticas, na execução de decisões e nos procedimentos é, de fato, aplicar ou executar as ditas atividades ou procedimentos, ou seja, é fazer”.

Não se trata apenas de mudança, mas de uma transformação juvenil que sempre agiu a favor das movimentações históricas em toda a sociedade, inclusive no modo cultural de viver e ver a vida. Aqui se valoriza a importância de atuar de forma participativa em atendimento a todos os públicos, colaborando para o desenvolvimento social na periferia, pois a juventude é parte integrante e essencial no desenvolvimento da sociedade. É fundamental olhar para a juventude dentro de todas as realidades, como nos alerta Sander (2010, p. 2):

Na atualidade, a fase da juventude muitas vezes vem associada a muitos fatores negativos (como criminalidade, violência e drogas), há uma tendência de apresentá-la como se não fosse parte da sociedade. Fala-se de juventude como se ela não fosse parte constituinte da sociedade, com a intencionalidade implícita de atribuir esses fatores negativos apenas à juventude e não à sociedade como um todo, o que é, obviamente, um equívoco, quando não uma falácia ideológica, no sentido de deslegitimar aqueles aspectos e aquelas dimensões da sociedade que, caso fossem levados a sério, colocariam em questão a lógica da própria sociedade como um todo. A solução, nesse caso, geralmente são propostas "de fora para dentro", sem que haja uma participação ativa dessa parcela da população na formulação de ações e de políticas específicas para ela.

Com a modernização das tecnologias e o avanço da internet, surgiram novos espaços de protagonismo e mobilização para a juventude, possibilitando o diálogo com diversos grupos e colaborando para a circulação de informações. No entanto, nem sempre isso garante uma participação efetiva, como afirmam Freitas e Andrade (2023, p. 32): “isso significa que a presença de ferramentas digitais, ou da discussão no espaço digital, nem sempre será sinônimo de inclusão e maior participação.” Butler e Princeswal (2012, p. 107) também tratam desse tema, reafirmando o papel das novas tecnologias de comunicação no diálogo com a juventude: “A Internet criou novos espaços e oportunidades para a participação. Crescem, a cada dia, o número de usuários, os serviços disponíveis e as possibilidades de troca”.

A participação em diversas formas é muito importante, e o uso da internet enriquece o debate nas questões participativas. Analisando a participação dos jovens a partir das redes sociais, pode-se fortalecer o diálogo e a interação dessa juventude, buscando alternativas que possam colaborar nas mudanças de sua realidade local.

Quando nos referimos mais especificamente às mudanças na participação do jovem no Brasil, torna-se necessário problematizar agora quais foram as mudanças no cenário político, econômico, social, cultural e conseqüentemente subjetivo que afetaram as maneiras e os espaços de participação. Analisá-las sobre a perspectiva histórica permite-nos evidenciar quais são as forças produtoras dessas mudanças e as novas formas de organização postas em movimento, em especial, a partir dos anos 1970 (Butler e Princeswal, 2012, p.108).

Os recursos tecnológicos são meios importantes para a colaboração nas discussões que envolvem a juventude. Os jovens conectados têm conseguido isso através dos diversos equipamentos tecnológicos oferecidos pela sociedade, mas isso requer empenho desse público. Como diz Pedreira (2021), “participar como ator e atriz requer comprometimento com sua identidade juvenil e a realidade em que estão inseridos”.

O compromisso também advém dos objetivos estabelecidos pelas organizações das quais os jovens fazem parte e com as quais se identificam. No contexto das discussões sobre

participação, protagonismo e mobilização juvenil, é essencial considerar uma ação política para a efetivação da participação política voltada para as necessidades da juventude. É importante ouvir os jovens para que as ações se baseiem em seus interesses e para que as leis saiam do papel e sejam efetivamente executadas em favor dos jovens, como ressalta Cruz Freitas (2018, p. 210):

O fato de haver muitas leis, isso não significa que uma política pública se transforma. Podemos perceber isso, por exemplo, ao descrever a relação desenvolvimento e educação à moda brasileira, pois o Estado sempre foi o centralizador das decisões em políticas públicas e sempre emitiu leis, decretos, normas e quase sempre tomou decisões, sem ouvir todos os atores sociais. Esse voluntarismo político na maioria das vezes é uma fachada, uma encenação e que não explica a ação política e nem a potencializa, (...).

Segundo a OS1, que faz parte deste estudo, “a juventude deseja, através desses espaços, conquistar políticas públicas que colaborem na sua educação e na de seus pares.”

Em nossa pesquisa, ouvimos que a OS2, ligada à Igreja Católica, trabalha em duas frentes prioritárias com os jovens de sua cidade: a luta contra a aporofobia, “termo que faz alusão ao julgamento preconceituoso dos pobres”, conforme a ECAFO SSVP (2022), e a luta contra a síndrome do “homoadquiridor”, que “é a compulsão pelo consumismo imposto pelo capitalismo”, também segundo a ECAFO SSVP (2022). Essa síndrome refere-se à tendência de adquirir sem necessidade, tornando a pessoa um consumidor compulsivo, em detrimento de assumir conscientemente seu papel de cidadão com direitos e deveres. Essas ações, segundo a mesma escola de capacitação, afastam as pessoas da ação transformadora e dificultam sua capacidade mobilizadora, anulando seu protagonismo.

Diante dessa situação de dificuldades, é necessário repensar as questões que envolvem o desmonte das políticas de garantia de direitos que fortaleçam a juventude e a conduzam a práticas exitosas na sociedade. É essencial oferecer oportunidades de transformação por meio de formações mais eficazes que colaborem para o entendimento do mundo. A formação é uma estratégia que pode mudar o contexto de vida dos jovens, tornando-os protagonistas de suas histórias e mobilizando seus grupos em torno de reivindicações por políticas públicas que melhorem a vida dos jovens de periferia.

CAPÍTULO III

3 METODOLOGIA

Nessa seção, a pesquisa buscou captar como se dá ou não a promoção do protagonismo social e da mobilização juvenil nos organismos de atuação. As instituições foram nomeadas pelas siglas OS1 e OS2 para melhor compreensão das respostas aplicadas a cada questão proposta e cada instituição emitiu sua opinião conforme o próprio entendimento a pergunta formulada.

Para a evolução desta pesquisa, cujo objetivo foi analisar quais ações as organizações sociais têm realizado para contribuir com o desenvolvimento do protagonismo, participação e mobilização juvenil em contextos de periferia, favorecendo a participação dos jovens de forma construtiva e colaborativa na garantia de direitos optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo. Segundo Demo (1995, p. 96),

A dimensão qualitativa também é algo objetivo, porque é um dado histórico, mas é o reino mais próprio da conquista humana, sobretudo se fizermos coincidir com o processo participativo. O processo participativo precisa do ator político capaz de construir a história dentro do contexto objetivo, não se deixando reduzir a mero paciente da história ou a objeto de manipulação externa.

A pesquisa qualitativa considera as subjetividades de todos os envolvidos no processo investigativo, proporcionando uma explicação e compreensão mais aprofundada do objeto de estudo. Ela favorece a produção de conhecimento, ações e a identificação de como nossas percepções, a partir das respostas das organizações, promovem estratégias para motivar o protagonismo e a mobilização juvenil na garantia de seus direitos.

Nesse sentido, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que, segundo Gil (2017, p. 33),

é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Fizemos uso da pesquisa exploratória que segundo o autor

têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado (Gil, 2017, p.32).

Essa ação foi desafiadora porque não foi possível a aprovação da pesquisa pelo comitê de ética em tempo hábil para realizar entrevistas e observação *in loco*. Vimos que a burocracia exigida pelo comitê de ética tornou-se um complicador para melhor aproveitamento e desenvolvimento do estudo, o que nos fizeram trabalhar por outro caminho metodológico. Assim, coletamos dados por meio de um questionário eletrônico, com o objetivo de responder à questão apresentada e atender aos objetivos da pesquisa, ainda assim respeitando as orientações para a ética na pesquisa, contribuindo para a produção de conhecimentos científicos e a apresentação de propostas que pudessem fortalecer o protagonismo e a mobilização juvenil naquele local.

A metodologia definida buscou assegurar a fidelidade da trajetória das duas organizações sociais, com base em seus documentos e nas respostas ao questionário exploratório, que ajudou a atender os objetivos estabelecidos. O questionário, segundo Gil (2017), “consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos,” e, conforme salienta Demo,

O conhecimento científico é fundamental, mas instrumental e somente se torna útil à comunidade se for digerido por ela como autodiagnóstico; ideias podem vir de fora, desde que se tornem de dentro; usam-se técnicas formais de levantamento empírico que nada têm a ver com empirismo; levantamento científico bem feito só ajuda, embora nunca esgote a realidade e o problema (Demo, 1995, p. 237).

Com isso, é relevante trabalhar para que esse levantamento científico contribua para o desenvolvimento desta pesquisa, abrindo possibilidades dentro das organizações sociais aqui investigadas. Nossa intenção é colaborar na tomada de consciência, tanto política quanto prática, além de apresentar propostas que possam contribuir para o protagonismo, a mobilização e a participação social.

É importante destacar a relevância da coleta de dados, nesse caso através de um questionário via Google Forms, para colaborar no direcionamento da pesquisa, mesmo ciente das limitações desse instrumento. O questionário foi realizado via Google Formulário, entre os dias 24 de março e 19 de abril de 2024, guiado por um roteiro semiestruturado, o que possibilitou o acesso às instituições pesquisadas. Com isso, veio à tona o olhar de cada um desses organismos diante de suas crenças na importância da juventude em criar seus caminhos de atuação e na busca por participação, mobilização e protagonismo.

Segundo Gil (2017), deve-se considerar que, devido às suas características, o formulário tem um alcance limitado, não permitindo a obtenção de dados com maior

profundidade. No entanto, isso não impediu o conhecimento das organizações, de seus objetivos de ação e intervenções na realidade dos seus organismos juvenis, conforme também evidenciado em documentos como o Manual de Orientação das Comissões de Jovens da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) no Brasil, 2024, disponibilizado no site oficial das instituições.

Toda essa dinâmica contribuiu para a perspectiva de propostas e para a identificação das estratégias usadas por essas organizações investigadas para promover o protagonismo, a participação e a mobilização juvenil na efetividade de suas ações e nos resultados que atendem às necessidades das juventudes de periferia.

Para garantir a eficácia dos resultados da pesquisa, foram seguidos alguns caminhos metodológicos fundamentais, como explorar e conhecer o espaço de atuação dessas organizações sociais. A análise deve estar atrelada à prática dessas organizações e ao seu papel no contexto da periferia, o que reforça a importância de analisar se o trabalho foi realizado conforme relatado pelas organizações pesquisadas. O público não deve viver isolado em uma bolha; está inserido em comunidade, em família e em outros espaços que nem sempre são factíveis para a escuta e a fala. No entanto, essas instituições podem ser lugares que possibilitem a participação, para romper o círculo de passividade política e subordinação.

Para tanto, algumas etapas devem ser seguidas na análise dos dados coletados e no bom aproveitamento da fase exploratória. Segundo Doxey e De Riz (2002-2003), a abordagem do fenômeno pelo levantamento de informações pode levar o pesquisador a um conhecimento mais profundo do assunto, além do levantamento bibliográfico, e fortalecer a compreensão das respostas recebidas para a elucidação do problema apresentado.

Uma das etapas importantes é o envio do questionário para investigação exploratória de cada instituição, com o objetivo de obter informações sobre seus organismos e sua atuação junto à juventude atendida por elas. A coleta de dados contribui para a aquisição de conhecimento científico sobre o protagonismo, a participação e a mobilização dos jovens.

No instrumento, as questões foram elaboradas para verificar como essas instituições desenvolvem suas ações em prol da participação social, do protagonismo e da mobilização juvenil. Buscou-se aprofundar nas questões apresentadas nos objetivos da pesquisa, desde a motivação para a criação da instituição até as ações desenvolvidas em áreas periféricas. Para

entender melhor as etapas aqui propostas, foram estudados minuciosamente documentos enviados pelas organizações e outros acessados em sites na internet.

Assim, a realização de da pesquisa bibliográfica foi fundamental, pois o subsídio teórico fortalece e embasa o estudo, possibilitando a compreensão das respostas às questões apresentadas.

é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Portanto, considerou-se estudos já realizados para contribuir no entendimento de como essas organizações sociais desenvolvem suas ações com a juventude. Conforme afirma Demo (1995, p. 49),

Assim, poderíamos dizer que a citação bibliográfica, o apelo a posicionamentos de clássicos e de autores atuais, o apoio de especialistas reconhecidos no assunto são expedientes científicos normais, desde que tenham por trás o signo do saber especializado.

Após o envio do questionário para as instituições, foi necessário aguardar a devolutiva desses organismos. Assim que as respostas foram recebidas, elas foram analisadas.

Com a análise dos dados coletados, pudemos compreender e interpretar esse material rico e qualitativo, além de adentrar no significado que as instituições compartilharam sobre suas vivências com a juventude.

3.1 ANÁLISE DOS DADOS

A análise foi realizada respeitando o interesse de interação sobre a documentação e os dados coletados através do questionário respondido pelas organizações sociais. Uma OS segundo a Lei 13.204/2015, “é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que obteve a qualificação de organização social por meio de decreto presidencial, para realizar atividades de interesse público.” Brasil (2015).

Após a leitura do material, a análise foi produzida pelo pesquisador em comunhão com as respostas e a experiência de cada organização que participou da pesquisa, considerando

seus apontamentos e a representação que fazem do seu trabalho com os jovens vinculados às suas instituições.

Assim, as categorias juventudes, protagonismo e participação social foram integrados à crítica reflexiva produzida, de forma a considerar a recepção dessa juventude pelas instituições envolvidas. Após a coleta de dados, foi realizada a sistematização e análise que auxiliaram nas respostas às questões elencadas pela pesquisa, com o objetivo de atender à juventude da periferia e garantir seus direitos.

Recebidas as respostas às questões enviadas, passou-se à fase de análise do material, incluindo leitura atenta e a separação das respostas que melhor contribuísse com às questões apresentadas nos objetivos. Segundo Demo (1995), "o pensamento nunca esgota o pensado: a realidade analisada é sempre mais rica que a análise", e, a partir das respostas recebidas, iniciou-se a construção de proposições. Como afirma Freitas (2018, p. 85), "é de que todo o fazer implica uma reflexão, e toda reflexão implica um fazer, uma ação. Dentro disso, parte-se da articulação teórico-prática para construir o conhecimento", corroborando com o potencial de cada organização em se articular com a juventude de Brasília.

Brasília possui uma grande concentração de jovens em suas regiões administrativas; cerca de 24,1% da população brasiliense, segundo pesquisa do IBGE já descrita neste estudo, são carentes de espaços que fomentem o protagonismo e a mobilização, garantindo a participação nas discussões sobre as necessidades específicas das juventudes do DF. Por isso, optou-se por estudar essas organizações na periferia com uma metodologia de cunho qualitativo que colaborasse com o entendimento da participação política nas organizações sociais (OSs), sem deixar de considerar a influência das ideologias implantadas em cada organismo pesquisado, como alerta Demo (1995, p. 19).

O critério da ideologia é seu caráter justificador de posições sociais vantajosas. Enquanto o senso comum está despreparado diante de uma realidade mais complexa do que imagina sua visão ingênua, a ideologia é intrinsecamente tendenciosa, no sentido de não encarar a realidade assim como ela é, mas como gostaria que fosse, dentro de interesses determinados. Para deturpar a realidade de acordo com seus interesses.

Portanto, a realidade inserida nessas organizações sociais deve despertar um interesse maior em promover o protagonismo da juventude na participação social na cidade onde vivem. Por isso, é relevante conhecer melhor a trajetória dessas instituições.

A OS1 surgiu por iniciativa de um morador local que enxergava na cultura e no esporte a possibilidade de transformar a vida social dos jovens de sua comunidade, que carecia de muitas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da juventude. A organização conta com vários parceiros que colaboram no desenvolvimento de suas ações, e opera principalmente com doações e voluntariado. A ausência de equipamentos públicos e de lazer motivou a juventude a se unir para preencher o vazio deixado pelo poder público.

De acordo com a organização, mais de 3.000 pessoas já foram atendidas e encaminhadas para uma inserção digna e atuante na sociedade. Atualmente, a OS1 gerencia uma escolinha de futebol que, de forma voluntária, atende cerca de 300 pessoas, entre crianças, adolescentes e jovens, na região do Sol Nascente. Além disso, realizam batalhas de rimas às quartas-feiras, ações nas escolas, rodas de conversa duas vezes por semana sobre temas relevantes para a juventude e a comunidade, e apresentaram propostas para a melhoria das políticas públicas. Também fazem visitas às famílias para fortalecer o entendimento das limitações e dificuldades de acesso a serviços públicos e desenvolvem ações sociais voltadas para a assistência e promoção da dignidade juvenil através da cultura, esporte e lazer.

A OS2 foi criada por padres da Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, que surgiu no Brasil em 1966, em São Paulo, com o objetivo de incentivar a participação da juventude na vida social da igreja e do país, além de tratar questões como dependência química, desemprego, influência dos meios de comunicação, pluralismo ideológico da fé, exclusão social, entre outros. A organização é dividida em Conselhos que deliberam sobre as prioridades e os encaminhamentos para a juventude a eles ligada.

A OS2 estabeleceu-se nas regiões administrativas do DF com a visão dos padres locais de comprometer a juventude com causas sociais e levar dignidade às pessoas em situação de vulnerabilidade, abandono e à margem da sociedade, sem acesso a equipamentos públicos que proporcionem qualidade de vida. A organização, liderada por jovens, desenvolve várias ações direcionadas às necessidades específicas da comunidade, como o projeto Gerando Sorriso, que oferece atendimento odontológico a crianças, o Natal Solidário, que assiste famílias em vulnerabilidade com distribuição de cestas básicas e outros itens, ações com moradores em situação de rua, e o projeto Banho Solidário.

Portanto, por meio de uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica, foi possível investigar o protagonismo juvenil e a participação social dessas organizações, promovendo ações mobilizadoras e participativas dos atores e atrizes envolvidos. Isso

permitiu uma aproximação com a realidade vivida por essa juventude periférica e a compreensão de como essas instituições contribuem para o desenvolvimento do protagonismo e da mobilização juvenil.

CAPÍTULO IV

4 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E AS PERCEPÇÕES PARA A JUVENTUDE DE PERIFERIA

A partir dessa pesquisa, foi possível conhecer parte do cotidiano das organizações sociais que trabalham com a juventude de periferia e analisar como o protagonismo e a participação política se fazem presentes em seus modos de vida, considerando as categorias juventude, protagonismo, participação política e organização social.

Tratou-se aqui de responder como as organizações sociais que atuam com a juventude têm promovido ou não a mobilização e o protagonismo dos jovens na periferia de Brasília. Acreditamos, hipoteticamente, que essas organizações sociais desenvolvem um trabalho voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas. Utilizamos as respostas dadas ao questionário para corroborar a resposta a essa questão.

Dentro da perspectiva de desenvolvimento de ações que favoreçam a participação dos jovens, diversas atividades são desenvolvidas, buscando colaborar nas causas sociais juvenis, na mobilização e no protagonismo. Procurou-se identificar a percepção dessas organizações sobre as estratégias utilizadas para motivar o protagonismo e a mobilização juvenil, atendendo aos objetivos apresentados e compreendendo o papel protagônico dos jovens ali atendidos.

As organizações sociais têm construído um laço forte com a comunidade local devido às demandas apresentadas em suas cidades, e sua participação nesta pesquisa foi fundamental para a construção de conhecimentos. Foi realizada uma análise cuidadosa dos dados colhidos, seguindo um percurso metodológico, pesquisa bibliográfica e exploratória com uso de questionário eletrônico que refletiu a realidade da juventude envolvida nas atividades dessas instituições, no caso, a Organização Social 1 (OS1), uma instituição não religiosa, e a Organização Social 2 (OS2), uma instituição religiosa ligada à Igreja Católica.

Uma organização social que se propõe a desenvolver ações com a juventude precisa ter claro quais são suas atribuições e sua importância para o público que abriga os jovens de sua cidade ou bairro. É muito importante conhecer as características dessas organizações sociais e entender os fatores que as levaram a se desenvolver nessa linha de atuação.

Assim, pretendeu-se, no trabalho com a OS1 e a OS2, identificar se as organizações sociais que atuam com a juventude têm promovido ou não a mobilização, o protagonismo e a participação política dos jovens na periferia de Brasília. A base teórica orientou a prática de uma vida ativa e crítica na cidade por meio desses espaços oportunizados. Utilizou-se também pesquisa bibliográfica nesse processo.

As organizações sociais da sociedade civil desempenham um papel crucial na reunião de jovens e no desenvolvimento de atividades que os mobilizem para ações que fortaleçam o desenvolvimento das juventudes. O Projeto da OS1, que atua no DF, realiza ações voltadas para a população da região. Para suas atividades, possui vários parceiros que colaboram no desenvolvimento das ações da associação, mas opera basicamente com doações e voluntariado.

Da mesma forma, a OS2 surgiu nas regiões administrativas do DF com o olhar dos padres locais, percebendo a necessidade de envolver a juventude local em causas sociais e com o objetivo de levar dignidade às pessoas em situação de vulnerabilidade, abandono e à margem da sociedade, sem acesso a equipamentos públicos que proporcionem qualidade de vida.

Identificou-se que, essas organizações, apresentaram certa experiência na ação com a juventude e justificaram a importância de demonstrar que todos fazem parte e devem se sentir importantes e potencialmente prontos, e que não estão sozinhos na caminhada, conforme respondeu a organização OS1.

Sim, pois desperta o senso de pertencimento e quebra alguns paradigmas em relação a eles mesmos de pensar que não podem ou não são capazes e eles sentem que tem alguém ali ao lado deles que também acredita neles.

Isso nos revelou a importância que a instituição dar suporte aos jovens, conforme acredita o organismo. No entanto, percebe-se a necessidade de que compreendam a força da juventude em protagonizar. Como afirma Souza (2009, p. 16), "protagonismo juvenil parece designar certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista – ou o ator principal – no desenvolvimento do país, da chamada comunidade e do seu próprio".

A OS2 trouxe respondeu que indica sua ação junto aos jovens, mas que não caracteriza, em essência, o protagonismo, e sim um serviço caritativo, como eles mesmos mencionaram: "Trabalhos de caridade." Isso não respondeu à nossa questão sobre o entendimento de protagonismo.

4.1 – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E O PLANEJAMENTO DE SUAS DEMANDAS E AÇÕES.

Iniciamos esta seção discutindo o tipo de pesquisa utilizada e demonstrando o percurso desse estudo para as organizações sociais. Também abordamos a importância da participação dessas organizações na pesquisa, sua relevância para a sociedade, e apresentamos os espaços de encontro das OSs para a realização de seus planos de ação.

Na análise das respostas das organizações sociais pesquisadas, foi possível observar a visão de cada setor. A OS1 afirmou que "gosta da ideia da pesquisa e vê importância em colaborar com sua comunidade," enquanto a OS2 mencionou que "sentiram a valorização da escolha do 'movimento' para participar da pesquisa." Isso demonstra o quanto estudos científicos podem colaborar com o desenvolvimento dessas organizações e no apontamento de sugestões colaborativas para a população juvenil.

Para a OS1, o local de atendimento ainda está em fase de organização e estruturação, com algumas atividades sendo realizadas em espaços da comunidade ou em equipamentos públicos, como escolas. Já os jovens da OS2 se reúnem no centro de pastoral da comunidade paroquial, dividindo o espaço com outros grupos religiosos. Isso nos leva a acreditar que, por ser ligada a uma instituição religiosa, a OS2 possui um espaço fixo que serve como referência para seus encontros e reuniões, enquanto a OS1 precisa recorrer a equipamentos públicos para desenvolver muitas de suas ações. No entanto, ambos os organismos se mobilizam para que a participação social dos jovens atendidos aconteça em suas cidades e bairros.

A OS2 trabalha para acolher pessoas em situação de vulnerabilidade e para engajar a juventude na causa dos mais pobres e dos jovens em geral. Esta juventude surgiu após uma assembleia Pan-americana realizada em São Paulo, que tomou várias resoluções, entre elas a de incentivar os jovens a participar dos comitês de jovens, segundo a SSVP (2023).

A Organização nasceu por ocasião desta assembleia, da Assembleia Vicentina Pan-americana, realizada em São Paulo/SP, nos dias 25 a 29 de janeiro de 1966 e entre outros temas discutiu-se nessa Assembleia a penetração a perspicácia da SSVP na Juventude. Tomou-se várias resoluções de incentivo aos jovens, entre as quais, a criação dos Comitês de Jovens.

Essa assembleia foi um ponto inicial para o fortalecimento dessa organização, mas cabe relatar que essas organizações da sociedade civil têm dependido de parceiros e voluntários para que suas ações aconteçam no bairro onde estão localizadas. Contudo, isso não invalida sua força e respeito dentro da cidade. Entender suas características é muito relevante para compreender a dimensão e a importância de cada ação dessas organizações

para unir as juventudes em torno de seus objetivos. Por isso, é fundamental investigar como os organismos sociais promovem o protagonismo social, a participação e a mobilização juvenil no contexto de periferia.

Toro e Werneck (1997, p. 27) afirmam que "para uma dinâmica de mobilização social, é preciso acreditar que existe sempre alguma coisa que uma pessoa pode fazer para que os objetivos sejam alcançados; todos têm como e por que participar." Sendo assim, é importante entender como essas organizações promovem o protagonismo, a participação política e a mobilização entre o público estudado.

Constatou-se aqui que um lugar de referência é muito importante para essas entidades realizarem suas deliberações. A origem de sua formação, como apresentou a OS2, que nos trouxe a informação de ter nascido a partir de um encontro pan-americano, demonstra seu caráter organizacional e de alcance nacional. Isso tem relevância para o nosso estudo, pois colaborou no entendimento de suas posições e falas dentro do organismo.

4.2 PROTAGONISMO SOCIAL E A MOBILIZAÇÃO JUVENIL EM CONTEXTO DE PERIFERIA POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO DF

A OS2 cita as ações que desenvolvem com a juventude, que são caritativas e assistenciais. Reúnem os jovens em torno dessas atividades, e essa organização social sente que isso os torna mais ativos, "participantes" diante da realidade da sociedade, avaliando como positivo trabalhar dessa forma para agregar a juventude.

Os trabalhos da juventude são bem amplos e em sua maioria visam a arrecadação de alimentos para as pessoas necessitadas. Temos projetos como 'campanha do quilo' que consiste em sair de porta em porta pedindo doações que acontece todo segundo domingo do mês no Brasil (OS2).

Com a colocação dessa instituição em relação à questão elencada, percebeu-se que a resposta sobre mobilização e protagonismo difere do conceito apresentado por alguns estudiosos do assunto e demonstra uma compreensão limitada sobre o que é mobilização. Segundo Toro e Werneck (1997), mobilização "pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos". Quanto ao protagonismo, conforme Souza (2009), trata-se de uma "certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista – ou o ator principal". No entanto, a OS2, em sua resposta, descreve várias ações do seu organismo com o entendimento de que isso, por si só, configura mobilização e confere protagonismo à juventude envolvida nessas atividades.

São muitos os projetos, inclusive temos parcerias com outras cidades e estados mais próximos, onde realizamos muitas ações conjuntas. Um dos projetos idealizados por nossa juventude é o ‘gerando sorrisos’, ‘natal solidário’ e ‘ação com os moradores em situação de rua’. São ações pontuais que ocorrem todos os anos, sendo a última realizada semanalmente pelos vicentinos. Essas ações idealizadas pela juventude mostram o compromisso assumido com a Sociedade, buscando através dessas iniciativas promover dignidade, mostrando o potencial da nossa juventude frente a atual realidade. Atualmente temos um projeto em parceria com outra cidade chamado ‘banho solidário’. É um projeto idealizado pela instituição, que foi aprovado pelo Conselho Superior dos Vicentinos e buscar levar dignidade aos irmãos em situação de rua, através da higiene pessoal, como banho, corte de cabelo, escovação dos dentes e entre outras coisas. Com essa parceria da cidade do Riacho Fundo II estará contribuindo dentro desse projeto com a entrega de alimentação. É possível ter acesso a cópia ao projeto, atualmente o projeto já passou por todas as etapas e acontece semanalmente nas ruas do DF (OS2).

O protagonismo juvenil requer uma participação construtiva dos jovens dentro de uma perspectiva de envolvimento voluntário. Como nos trazem Rodrigues e Quixadá (2022, p. 18): “Somado a este entendimento, acreditamos que ao desenvolverem ações que visem o atendimento de seus interesses e direitos, os adolescentes assumem o protagonismo de suas formações em uma perspectiva emancipatória.” Dessa forma, analisamos a falta de conhecimento sobre os conceitos basilares necessários para imbuir nos jovens a compreensão de mobilização e protagonismo.

Verificou-se, nesta análise, que a OS2 atua em várias frentes na sua cidade, mas não age dentro de uma perspectiva que promova o protagonismo e a mobilização no contexto periférico. Isso não coaduna com os conceitos que apresentamos até aqui, pois transformar seus projetos internos em meios de tornar o jovem colaborador em sua comunidade e participante de ações que julguem relevantes e essenciais para o desenvolvimento de seus membros não os torna efetivamente protagonistas.

Essa OS, na prática de atividades assistenciais, acredita que está realizando protagonismo juvenil, mas Rodrigues e Quixadá (2022) afirmam que protagonismo juvenil “não é apenas assistência social, mas envolvimento com as questões sociais do mundo ou da comunidade, conduzindo a uma situação de emancipação.” Nesse sentido, pode-se afirmar que, embora acreditem que ações assistenciais representem protagonismo juvenil, elas não o fazem.

Outras respostas foram apresentadas por outra organização, a que atua dentro da realidade do Sol Nascente. Ela desenvolve projetos a partir do interesse da juventude local e da sua situação, com atividades que promovem e fortalecem os valores trazidos por cada um para a comunidade. A OS1 se divide em quatro polos, abrangendo melhor toda a região, um

em cada trecho, e destaca essas ações como protagonismo: “Realizando batalhas de MCs, debates, cursos, aulas de futebol” (OS1). No entanto, essas ações novamente não coadunam com o conceito apresentado por Rabêllo (2011), que enfatiza a necessidade de um pensamento global.

Já a OS2 tem apostado em questões assistenciais e no engajamento de seus membros em ações que colaboram com as pessoas em situação de vulnerabilidade na sua região. Como afirmou a OS2: “O projeto é o ‘pedágio’, onde os jovens se dirigem a uma rodovia/rua/estrada com faixas pedindo doações de alimentos, itens de higiene e limpeza, etc.” (OS2). Embora isso se situe na perspectiva de promoção do protagonismo e da mobilização juvenil, essas organizações sociais têm apresentado em suas falas e ações uma maior liberdade de movimentação da juventude na prática cooperativa e na autonomia de suas decisões. Contudo, ainda não se percebe uma crítica política que leve ao protagonismo como uma realidade, em vez de meras ações voltadas ao assistencialismo, para que os jovens possam assumir um papel protagonista e escrever a própria história.

4.3 – O TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Conhecer o modo de agir das organizações na colaboração da participação juvenil no âmbito das políticas e da participação social é de grande relevância para a vivência em suas cidades e bairros. Vimos aqui suas ações na perspectiva da participação da juventude. A questão formulada a eles foi: "Ao desenvolver o protagonismo e a mobilização juvenil, você percebeu que os jovens tiveram participação efetiva na elaboração de políticas públicas no e para o local onde moram?"

Destacam-se as oficinas ou atividades desenvolvidas pelos organismos que têm despertado maior interesse de participação da juventude e motivado sua permanência nesses espaços. Contudo, é importante refletir se essas ações têm reflexo direto na vida diária desses jovens.

Na OS1, uma das atividades mais disputadas pela juventude é o futebol, pois, segundo a organização, eles veem nesse esporte a possibilidade de "vencer na vida" e "dar uma vida melhor para suas famílias". A organização aproveita essa atividade para trabalhar noções de respeito, valorização do ser humano, trabalho em equipe, entre outras questões relevantes para a boa convivência na comunidade. No entanto, nem sempre essa prática resulta na

mobilização da juventude para além das quatro paredes da instituição ou no desenvolvimento de uma participação política diante da realidade de seus bairros. Como afirmam Toro e Werneck (1997, p. 12),

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro.

Nessa vertente, as organizações da sociedade civil que trabalham com a juventude têm desenvolvido várias ações que buscam mobilizar os jovens em direção a um objetivo comum, promovendo atividades nesse sentido. A OS2, por exemplo, destaca a "ação social com pessoas em situação de rua" como uma iniciativa que motiva a participação juvenil. Além disso, mencionam os "encontros anuais da juventude de Brasília," que é um fórum realizado a cada dois anos, reunindo jovens vicentinos católicos de todo o Brasil em Minas Gerais. Geralmente, as oficinas que mais despertam interesse são as que abordam temáticas de liderança e carisma. No entanto, isso não implica necessariamente em protagonismo voltado para a participação nas políticas públicas.

A OS2 acredita que, ao realizar essas atividades, os jovens envolvidos passam a crer que estão vivenciando o protagonismo, a participação política e a mobilização em defesa de seus interesses e direitos. No entanto, é difícil perceber que isso realmente contribua para sua emancipação diante das situações de vulnerabilidade em sua região administrativa.

Mobilização não é apenas a prática de uma ação assistencial desenvolvida entre seus pares. Como explicam Toro e Werneck (1997, p. 11), "mobilizar é o ato de convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, compartilhando interpretações e sentido. É a partir deste sentido compartilhado que diferentes indivíduos ou setores da sociedade se reúnem para começar ou transformar determinados processos, cenários ou ações," o que pode culminar em uma participação política.

As organizações da sociedade civil que atuam com a juventude nessas regiões administrativas ainda não demonstraram, até o momento, uma compreensão clara da importância de promover uma participação política com e para a juventude, fomentando sua forma de participação em meio às demandas que surgem na periferia.

Nossa intenção foi investigar como as organizações sociais promovem o protagonismo juvenil para, assim, propor o estímulo à participação e à expressão da juventude em seu meio,

com uma reflexão política crítica. Essa abordagem demonstra a importância do cotidiano, de como a participação e a mobilização são úteis à sociedade, conforme sustenta a Lei Federal nº 13.204/2015, que alterou a Lei nº 13.019/2014. Essas leis reforçam o entendimento de que as organizações sociais devem ser espaços que se propõem a colaborar no atendimento aos jovens da periferia do DF, fomentando a ideia de que essa população pode e deve ocupar seu espaço, que é seu por direito estabelecido. Esses espaços também devem possibilitar a escuta de suas pautas, sabendo que a participação é um elemento central para garantir os direitos.

4.3.1 QUADRO SÍNTESE DAS OPINIÕES DAS OSs

Investigar e analisar as ações das OSs sob a perspectiva da participação política, protagonismo e mobilização nos permitiu, inicialmente, compreender certas movimentações realizadas por esses organismos em suas atividades. Foi criado um quadro síntese respostas das instituições, o que facilitou nosso entendimento sobre seu modo de agir, oferecendo uma visão crítica da realidade em que as OSs operam.

Tendo em vista que essas ações são respaldadas por lei, decidiu-se apresentar as respostas das organizações entrevistadas. Procurou-se, então, fazer uma análise temática nas respostas dessas instituições, identificando suas práticas, respostas e vivências concretas. Dessa forma, foi possível demonstrar como cada organização atua diante de sua realidade e como participa no engajamento das juventudes. Como ressaltam Silva e Ximenes (2019, p. 10), "a participação dita cidadã requer uma atuação social e política consciente, em que a mudança social seria fruto da atividade do jovem, da empresa ou da organização."

Foi questionado às organizações sobre a participação, mobilização e protagonismo da juventude, o que nos levou a refletir que muitas trabalham com uma abordagem caritativa. Isso evidenciou a necessidade de propor formação sobre participação política dentro de seus objetivos organizacionais.

O olhar crítico foi orientado pela visão das organizações sociais pesquisadas, enfatizando uma análise do trabalho que desenvolvem na tentativa de contribuir com a participação juvenil no âmbito das políticas públicas o que, até o momento, não foi identificado em nossa pesquisa.

A partir das respostas fornecidas pelas organizações de juventude, estabelecemos um corpus e elaboramos um quadro respostas dos participantes. Com isso, buscamos analisar os

dados apresentados nas respostas, com o objetivo de construir e sugerir alternativas para o protagonismo, participação e mobilização dos jovens da periferia.

Quadro 1 – Quadro Síntese dos temas das OSs

Organização Social	1º ATIVIDADE PROPOSTA	2ª ATIVIDADE REALIZADA	3º RESULTADO
OS1	Ação social	Ação social com pessoas em situação de rua.	Prática Assistência
OS2	Encontros anuais da juventude	Fórum que acontece a cada dois anos, oficinas que abordam temáticas de liderança.	Encontros Fórum Oficinas Liderança
OS2	Arrecadação	Fortalecem os laços do grupo; A juventude tem maior participação em atividades,	Participação voluntária Fortalecimento Juventude
OS2	Partes práticas	Geralmente as partes práticas sempre despertam mais interesse dos jovens; Momentos de reflexão e interiorização.	Práticas Despertam Reflexão

Fonte: Elaborado pelo autor. (2024)

Com o levantamento realizado, é possível afirmar que as atividades em grupo são as que mais mantêm os jovens engajados nas organizações pesquisadas. O ato de falar, escolher, liderar e participar abre portas para que essas organizações se tornem espaços de realização. É importante salientar que momentos em que os próprios jovens podem participar ativamente das ações, como no futebol ou em atividades sociais, os mantêm envolvidos e com uma perspectiva de atuação como atores sociais. No entanto, de acordo com os conceitos apresentados neste estudo, essas atividades não caracterizam participação política ou ação protagônica juvenil.

A partir da análise da tabela apresentada, constata-se que o protagonismo, o direito de escolha e a ação prática dentro dessas instituições ainda não são suficientes para afirmar que suas ações favorecem a implementação de políticas públicas ou a participação política da juventude. Tampouco se pode afirmar que essas ações efetivamente fortalecem e despertam a liderança dos jovens.

Os organismos trouxeram suas colocações com base em suas próprias perspectivas e realidades diante do tema questionado. A OS1, por exemplo, mencionou que a metodologia

aplicada na organização, segundo eles, favoreceu o protagonismo de seus membros, pois valoriza o desenvolvimento da liderança em suas linhas de trabalho.

Sim, porque trabalhamos com uma metodologia interna, que busca trabalhar o perfil de líder em cada um deles (OS1).

Mas sabe-se que liderança não é sinônimo de protagonismo. Segundo a Fundação Educar (1989, p. 27), "liderança é a capacidade de liderar um grupo." As organizações partem da crença de que suas ações contribuem significativamente para o processo protagônico e mobilizador de suas instituições, acreditando que o compromisso com a proposta apresentada pelo organismo tem influenciado a vida de seus membros, resultando em mudanças, como relatado pela OS2:

Com toda certeza tem contribuído. Os jovens, através dessas iniciativas, cada vez mais estão se encorajando a assumir o seu protagonismo e responsabilidade frente aos desafios atuais. Esse protagonismo que é a chave da instituição, também tem ajudado os nossos jovens no dia a dia, na vida pessoal, profissional e familiar. Mostrando que o trabalho e protagonismo assumido por eles, também é a chave de mudança em suas vidas (OS2).

Através das respostas coletadas, percebe-se que as organizações sociais reconhecem a importância de investir no protagonismo e na mobilização da juventude, mas não compreendem efetivamente o conceito desses termos. Tanto na OS1 quanto na OS2, é evidente que acreditam estar contribuindo significativamente para a vida dos jovens em suas comunidades, tanto no âmbito pessoal quanto profissional. Isso se reflete no aumento da participação juvenil e no engajamento dentro dos organismos, com a inserção de novos membros. No entanto, como aponta Sander (2010, p. 4), "para que este potencial possa ser efetivado, precisam, no entanto, ser criados espaços e formas de efetiva participação e contribuição dessa grande parcela da população na busca da concretização da cidadania e democracia," o que significa que a eficácia vai além do aumento no número de membros, devendo também refletir nas melhorias observadas no bairro.

A OS2 tem trabalhado para que mais jovens se integrem à sua instituição, especialmente após a redução no número de membros causada pela pandemia de COVID-19. Em resposta a essa situação, a organização tem promovido mais ações com o objetivo de aumentar o número de participantes, conforme relatado pela OS2.

Após a pandemia tivemos um decaimento de membros muito grande e vimos que ao longo do tempo, com as atividades propostas e realizadas, tivemos aumento no número de jovens (OS2).

Ainda abordando as dificuldades enfrentadas pela juventude com a chegada da pandemia de COVID-19, observou-se que a participação dos jovens em suas ações foi significativamente impactada. A necessidade de ir ao encontro dos membros que haviam se afastado tornou-se crucial para que o trabalho pudesse continuar acontecendo junto à população jovem periférica, conforme relatado pela organização. Essa situação nos faz perceber as diversas barreiras enfrentadas pela juventude:

Há evasão de alguns jovens. Durante e após a pandemia isso se agravou, uma vez que muitos aproveitaram da situação como desculpa para se afastarem da conferência. Quando percebemos que está ocorrendo evasão visitamos o jovem em sua residência e buscamos entender o que está passando. Com essas visitas tivemos muito êxito de jovens que retornaram ao grupo. (OS2).

As atividades desenvolvidas por essas instituições são fundamentais para a participação dos jovens na organização e para o início de sua caminhada rumo à compreensão do seu papel como cidadãos através do voluntariado na cidade em que residem. Como afirma Souza (2009, p. 17), “o fazer, ou a prestação gratuita de bens e serviços, é apresentado como oportunidade de participação e atuação social, prática de cidadania, e é, por vezes, nomeado como trabalho voluntário.” Isso sugere a possibilidade de protagonismo e participação numa perspectiva política.

No âmbito do protagonismo e da mobilização, destacaram-se em suas respostas práticas como o despertar, a quebra de paradigmas, metodologias, liderança e protagonismo, vistos como meios de incluir a juventude em práticas que impactam sua vida comunitária. Essas práticas refletem as histórias de vida dos jovens, que, de alguma forma, contribuem para seu desenvolvimento social.

Nesse sentido, o trabalho voluntário desses jovens nesses organismos abre portas para uma ação na periferia, com uma participação social efetivada e motivada pelas propostas das organizações sociais, levando-os a trabalhar em prol das pessoas vulneráveis que vivem à margem das cidades do DF.

Entretanto, verificou-se que o protagonismo não foi trabalhado de forma efetiva e não contribuiu significativamente para a mobilização da juventude, a ponto de demonstrar concretamente suas fragilidades diante das violações de direitos que frequentemente afetam as juventudes de periferia. A OS1 mencionou que uma das formas de incentivo à participação política tem sido a atuação junto aos administradores das Regiões Administrativas (RA's) em defesa dos interesses da população, conforme relatado: “Sim. Vários têm hoje seu próprio

empreendimento e uma relação de liderança com a comunidade, também gerando empregos e cobrando os administradores de nossa cidade.” Esse relato aponta para a limitada formação política da juventude.

Por outro lado, entre as várias ações observadas neste estudo, merece destaque um feito relevante citado pela OS2, que buscou comprovar sua participação em ações políticas com o objetivo de defender direitos assegurados pela Constituição Federal (CF) para crianças, adolescentes e jovens. A organização relatou sua participação no pleito eleitoral para conselheiro tutelar em sua região administrativa, elegendo por duas vezes um jovem de seu organismo para ocupar essa posição. Nesse aspecto, contribuíram para que os jovens participassem politicamente em sua cidade:

Cada vez mais vemos os jovens se interessando por questões assim e um reflexo disso é termos jovens que se candidataram a conselheiros tutelares e estão exercendo hoje a profissão (OS2).

O entendimento sobre a questão realizada por essa instituição foi percebido por meio de seus relatos, indicando que ocupar espaços de representatividade foi fundamental para que sua voz fosse ouvida pelo poder público. Tanto é que se organizaram e elegeram, por dois mandatos consecutivos, jovens para conselheiros tutelares, com o objetivo de defender os direitos de crianças e adolescentes da comunidade atendida por eles e, ainda mais, garantir um espaço de fala nas instituições públicas através desse jovem eleito.

A OS1 apresentou as ações de sua instituição como mobilização, destacando campanhas e atendimentos a pessoas vulneráveis, acreditando que essas ações fazem toda a diferença e podem intervir no desenvolvimento do contexto social, possibilitando um espaço de fala e protagonismo. A organização trabalha em prol de causas sociais, desenvolvendo “ação social com pessoas em situação de rua.” No entanto, Toro e Werneck (1997, p. 36) afirmam: “A mobilização social não é uma oportunidade de conseguir pessoas para ajudar a viabilizar nossos sonhos, mas de congregar pessoas que se dispõem a contribuir para construirmos junto um sonho, que passa a ser de todos.”

E o que se observa na fala da OS2, mais uma vez, é um pensamento voltado para a promoção da própria instituição, mesmo quando o intuito declarado é atender os mais vulneráveis. Conforme a organização afirmou:

Sim. Com a iniciativa jovem, temos visto muitas mobilizações e campanhas em nossa área de atuação, principalmente aquelas voltadas para a manutenção da

instituição, arrecadação para vulneráveis e internos, e promoção do recrutamento de novos membros (OS2).

Ao analisar as informações fornecidas pela OS2, percebeu-se que a iniciativa de mobilização não foi direcionada para o desenvolvimento de ações voltadas às políticas públicas em prol da juventude local ou na defesa de seus direitos, revelando, mais uma vez, o seu carisma religioso.

Por outro lado, a OS1 participa de atividades promovidas pela CUFA-DF, que destacam questões culturais e políticas na periferia, como "batalhas de rimas, ações antirracistas e de valorização da população negra da sua região, por meio de rodas de conversas e apresentações desse público em movimentos dentro da cidade, como desfiles de moda e apresentações culturais" (OS1).

Além disso, a OS2 mencionou algumas ações que são bastante pertinentes ao organismo ao qual fazem parte:

Os trabalhos da juventude são bem amplos e em sua maioria visam a arrecadação de alimentos para as pessoas necessitadas. Temos projetos como 'campanha do quilo' que consiste em sair de porta em porta pedindo doações que acontece todo segundo domingo do mês no Brasil. Outro projeto é o 'pedágio' onde os jovens se dirigem a uma rodovia/rua/estrada com faixas pedindo doações de alimentos, itens de higiene e limpeza e etc. Além desses projetos a juventude realiza também o 'cine Vicente', um projeto que leva filmes cristãos para a comunidade local e geralmente ocorrem nas dependências da paróquia em que o grupo se encontra (OS2).

Vale perceber se essas organizações da sociedade civil têm se atentado ao desenvolvimento de jovens no despertar para a liderança juvenil. Uma instituição, organismo da sociedade civil, grupo ou coletivo que pretende perdurar em suas atividades e ações deve valorizar e aprofundar a formação de lideranças protagonistas, pois um líder acaba influenciando a participação juvenil, motivando e colaborando nos encaminhamentos que possibilitem a aplicação dos objetivos definidos pelo grupo. Segundo Menezes (2017), a condução do líder protagonista faz toda a diferença na capacidade do organismo ou instituição de alcançar seus objetivos.

A vida em grupo sempre exigiu a mão forte de um líder, com sua capacidade de condução e clareza de objetivos. Um grupo coeso, mas sem liderança, não chega a lugar algum. Já uma liderança opressora, sem diálogo ou capacidade de aglutinação de ideias, também se perde ao longo do caminho. A comunhão desses bens e a confiança em torno de um líder são os segredos de sucesso de qualquer grupo que deseje alcançar ou seguir um ideal, uma meta qualquer Menezes (2017, p. 11).

E nessa perspectiva, foi questionado às instituições de juventude se, dentro de seus organismos, houve estímulo à formação de novas lideranças juvenis voltadas ao protagonismo juvenil. Trouxemos suas visões para este estudo, e a OS2 traduziu isso em sua fala:

Sim. Pois o nosso movimento iniciou em 2013, (...) com apenas 15 crianças. Desse pequeno grupo foram desmembrados outros, isso só aconteceu devido as lideranças formadas que tiveram a iniciativa de expandir e fazer o movimento crescer. Dentro do nosso grupo, denominado conferências, temos uma regra que orienta que uma conferência deve ter no máximo de 15 a 18 pessoas, a partir daí já iniciamos o trabalho de desmembramento e liderança para formar outros. Como exemplo de que começamos por um grupo de 15 pessoas, surgiram outros quatro grupos, formado apenas por jovens que assumiram o protagonismo e se colocaram a disposição (OS2).

Também tivemos a expressão da importância de se fazer lideranças na perspectiva de perpetuar suas ações dentro da instituição e de sua cidade, como aponta ainda a OS2:

Algumas pessoas é perceptível que tem o dom de liderança e outras podem ser moldadas. Um líder nato inspira outras pessoas a serem líderes também e isso ocorreu em nosso grupo com atividades que realizamos como montar uma apresentação para o grupo/paróquia, além de trabalhar questões de como se portar, oratória e falar em público (OS2).

Menezes (2017) traz em seus estudos a relevância da união dos atores e atrizes diante de um objetivo para a prática de suas ações, o que colaborará para o desenvolvimento social desse jovem que está inserido nesse organismo, com a possibilidade de mudar sua perspectiva de vida e possibilitar sua participação política em diversos campos dentro da sociedade com mais dignidade.

A unidade em torno de um objetivo dita as regras do sucesso. Isso em qualquer empresa – lembrando aqui que empresa é o ato de levar adiante um objetivo, uma tarefa, um empreendimento, uma ideia que seja -. O homem é um empreendedor nato. Mesmo que sua profissão seja a mais subalterna possível na sociedade da qual faz parte, o empreendedorismo é latente em suas ações. Menezes (2017, p. 14).

O organismo OS1 já analisa que “surgiu o despontar de liderança quando conseguiu levar formações sobre empreendedorismo voltado aos jovens e abriu diálogos sobre a importância de se desenvolver como pessoa ativa no terceiro setor em seu bairro”, obtendo bons resultados com seu público. Essa organização social atuou na perspectiva de que sua juventude desenvolvesse “seu próprio negócio”. Entendemos aqui que, ao ter seu próprio empreendimento e atuar junto à sua comunidade dentro da perspectiva de ação social e voluntariado, gerando possibilidades de desenvolvimento, renda e crescimento, os jovens se tornaram líderes e protagonistas. Isso gerou perspectiva de futuro, autonomia e inserção na sociedade diante de todas as possibilidades apresentadas ou desafios enunciados. Nesse caso,

o tipo de participação está na perspectiva do empreendedorismo, sem interesse político, mas numa abertura para o desenvolvimento social.

A porta de entrada, em qualquer lugar e de maneira simbólica, representa ao menos duas situações, a passagem do lado de dentro para o lado de fora, do conhecido ao desconhecido ou os seus contrários. Possui o caráter de revelar a possibilidade ou desafio. A afirmação: Uma porta que se abre! Significa oportunidades de mudança na vida ou uma nova etapa. A expressão: Quando a porta se fecha, pode significar recusa, negação, fracasso, mais ainda o fim de uma etapa e o desafio seguinte Cruz Freitas (2021, p. 13).

Essas instituições, segundo eles, conseguem servir de porta de acesso à juventude nelas inserida, abrindo possibilidades para esses atores e atrizes e, com isso, colocando-os em uma posição de protagonistas em busca de ações que possibilitem a formulação de políticas públicas que favoreçam o trabalho na defesa de direitos. Os protagonistas são multiplicadores de possibilidades através do seu trabalho coletivo e de comprometimento com a causa que seu organismo propõe em torno de um objetivo comum.

Por isso, trabalham na perspectiva de formar lideranças que deem continuidade ao trabalho desenvolvido pela instituição em seus bairros, com a preocupação de que mais portas de possibilidades não se fechem diante da juventude que vive em periferia. A realidade desses organismos deve implicar no exercício social e político dos jovens e favorecer o protagonismo e a mobilização de forma que possam gerar possibilidades de sair da condição de pobreza e exclusão. Por isso, é fundamental o desenvolvimento da liderança e da ação com o objetivo de reconhecer suas fragilidades e potencialidades e, assim, trabalhar em busca do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à juventude. Porém, não basta abrir espaço para participação; é preciso valorizar e redimensionar essa participação nas instituições juvenis.

Quando se trata da participação da juventude, interessou-nos saber se cada uma dessas instituições conseguiu colaborar na formação dos jovens no que diz respeito à criticidade para a ação política, ao desenvolvimento social e comunitário em seu bairro. Não basta ser um ajuntamento de pessoas; é preciso entender qual o reflexo da participação desses jovens em sua vida cotidiana.

Toda organização social deve primar por ser significativa de alguma forma na vida da comunidade à qual faz parte. Esse tornar-se significativo é poder, de alguma forma, colaborar politicamente no desenvolvimento social e comunitário do lugar em que está inserida. Diante desse questionamento, as organizações apresentaram um olhar claro em relação à participação

política da instituição, mas demonstram fragilidade no entendimento do conceito de “participação política”, que, segundo o Atlas das Juventudes (2021, p. 41), “está conectado ao contexto cultural e histórico em que os jovens vivem, refletindo o sentimento de pertencimento desses indivíduos com a coletividade”. No entanto, não se furtaram a emitir uma opinião que contribuiu com o pensamento aqui apresentado, principalmente no que se refere à instituição ligada à Igreja Católica trazida pela OS2.

Sim. Por ser movimento que trabalha diretamente com as causas sociais, colabora bastante nessa construção. Inclusive o próprio fundador do movimento era um jovem de 20 anos, ousado e corajoso. Um modelo de juventude para os dias atuais. A época esse jovem era envolvido nos principais movimentos sociais da sua época, era um defensor consciencioso da democracia cristã, pugnado para a igreja católica romana se adaptasse às condições sociais e políticas que tinham emergido da Revolução Francesa (OS2).

A instituição expressou que a atividade do seu organismo consiste em desenvolver ações com famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, demonstrando confusão no conceito de participação política com ações caritativas e uma ausência de formação política. Isso impede que esses organismos possam ir além da assistência social e incorporar em seus objetivos estratégias que colaborem nas decisões do Estado em relação às necessidades da juventude periférica em seu modo de ser e viver.

Como trabalhamos com famílias em situação de vulnerabilidade social, muitas não conhecem os direitos que têm e isso é algo que acompanhamos e vamos atrás das informações para auxiliar aquela família (OS2).

Se a ideia é formar uma juventude cidadã, participativa e protagonista, com espaços que possibilitem uma participação política dentro da sociedade civil, é preciso compreender como criar esses espaços de atuação e participação, conforme nos apresentam Toro e Werneck (1997, p. 30).

Para criar e formar cidadãos, quer dizer, pessoas capazes de criar e fundar com outros a ordem social desejável para todos. E empenharmo-nos para criar espaços para que a cidadania se exerça. O paternalismo político só é superável através de uma sociedade que tenha a possibilidade de construir suas instituições políticas a partir da sociedade civil. Isso significa passar de uma lógica social de adesão ao poder a uma lógica de deliberação e competição de interesses que, através do consenso e de acordos define o que convém a todos. É assim que se constrói uma ordem democrática estável e o consenso legítimo.

Por isso, ao analisar o pensamento dos representantes das organizações de juventude, percebe-se que eles entendem participação política apenas como o ato de atender pessoas com ações sociais de assistência a famílias em situação de vulnerabilidade. Na realidade, é fundamental buscar tratar da formação de seus membros nesse campo da participação juvenil na política como um caminho para a consolidação da garantia de direitos.

Não se pode negar que essas instituições, especialmente as ligadas a organizações religiosas, enfrentam limites em suas atividades no tocante à participação política dos jovens e à atuação social. Muitas vezes, seguem as normativas das religiões às quais estão ligadas, que podem não apresentar interesse em ver seu público envolvido em questões que fogem às suas doutrinas ou orientações de fé.

Ao analisar suas colocações, percebemos que é necessário trabalhar para que a juventude não seja usada como massa de manobra e colaborar na elaboração de estratégias que fortaleçam o trabalho coletivo e a força advinda de cada um dentro do grupo voltado para a comunidade em que estão inseridos, promovendo ações que alimentem o protagonismo, a participação e a mobilização dos atores e atrizes envolvidos, conforme nos apresenta Dayrell (2003, p. 42).

A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona.

Por fim, a partir da pesquisa, as organizações investigadas apresentaram também uma aparente confusão entre o conceito de participação política e gestos de politicagem de alguns membros eleitos para representar o povo. Analisamos como o protagonismo e a mobilização desempenhados por essas OSs estão diretamente ligados a ações de assistência social e à experimentação de trabalhos voluntários voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Após análise dos dados dessas organizações sociais, acreditamos que, para que a mobilização, a participação política e o protagonismo da juventude periférica aconteçam, é necessário oportunizar o direito de fala, dar oportunidades para explorar outras possibilidades e propor transformações concretas diante das realidades de desigualdades. Segundo Silva e Ximenes (2019, p. 9), “pode emergir a possibilidade do exercício do protagonismo, numa perspectiva interativa e crítica, seja na dimensão pessoal, familiar, social, seja na política”.

Respondendo à nossa questão apresentada, constatou-se que as organizações sociais aqui pesquisadas não desenvolvem um trabalho voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas. Há um conflito no entendimento entre os conceitos de protagonismo, participação e mobilização e os trabalhos voluntários e de assistência caritativa desenvolvidos por cada OS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado, intitulada **Juventudes periféricas, sua participação política e protagonismo nas organizações sociais**, foi elaborada com o intuito de abordar a relevância do protagonismo social juvenil em contextos de periferia e explorar as possibilidades de colaborar no diálogo e na percepção dos efeitos do protagonismo, da participação política e da mobilização dos jovens na sociedade. O estudo teve como espaço de análise duas organizações sociais (OS) juvenis da periferia de Brasília: uma não religiosa e a outra ligada à Igreja Católica.

A pesquisa investigou como se dá a promoção do protagonismo social, da participação e da mobilização juvenil no contexto de periferia, por meio dessas organizações sociais que desenvolvem suas atividades em algumas regiões administrativas periféricas de Brasília, tendo como hipótese de que as organizações sociais desenvolvem um trabalho voltado para o protagonismo, participação política e mobilização para a efetivação de políticas públicas.

Para contribuir com a resposta a essa questão utilizamos a pesquisa qualitativa e o caminho metodológico de pesquisa bibliográfica, exploratória e da aplicação de um questionário eletrônico enviado por meio de link.

Ao longo deste estudo, muitas concepções foram trabalhadas e transformadas à medida que o conhecimento foi sendo apresentado, tornando possível desmistificar conceitos advindos do senso comum sobre protagonismo, participação política e mobilização da juventude no Brasil e em Brasília. Focar nas organizações sociais da periferia foi muito revelador, pois, a princípio, acreditávamos que as ações desenvolvidas por essas instituições eram caracterizadas como sinais de participação política e protagonismo da juventude.

A hipótese inicial não se confirmou pudemos perceber foi que essas organizações, mesmo sendo uma religiosa e a outra não, têm características bem similares, como o desenvolvimento de ações assistenciais junto ao seu público, na tentativa de suprir a falta de investimentos e políticas públicas voltadas à juventude de periferia, acreditando que isso fosse protagonismo e sinônimo de participação política.

Foi possível constatar que essas OSs não desenvolvem um trabalho voltado para o protagonismo, participação política e mobilização com o objetivo de efetivação de políticas públicas. Além disso, percebi que essas organizações não fazem um trabalho voltado para a formação política dos jovens que estão inseridos em suas instituições.

Mesmo não querendo rotular essas entidades, foi possível identificar certo distanciamento das questões que possibilitariam a criação de políticas públicas em prol da juventude de periferia. No entanto, não se pode negar o caráter agregador e acolhedor que essas instituições têm em prol dos jovens de suas cidades e bairros, e com isso são capazes de voltar seu olhar para as pessoas vulneráveis de seu bairro.

Algo extraordinário foi a organização religiosa, mesmo com pouca formação política, ter trabalhado para eleger por duas vezes um de seus jovens para a cadeira de conselheiro tutelar em sua região, com o intuito de defender os direitos de crianças e adolescentes e obter mais informações para orientar as famílias em situação de vulnerabilidade assistidas por eles.

Outra questão apresentada foi o trabalho que a organização não religiosa realiza com sua juventude, incluindo um trabalho voltado para o engajamento no empreendedorismo e o fortalecimento da participação de seus membros nos esportes, principalmente no futebol, que se apresenta como o esporte mais interessante para o público jovem de periferia.

Uma questão que ainda pode ser investigada é o motivo pelo qual essas organizações não realizam um trabalho de formação política e participativa com seus membros, já que uma das motivações para a criação dessas instituições é a ausência de políticas públicas e equipamentos públicos que atendam a juventude em suas diversas áreas de necessidade, forçando voluntários comunitários a suprir uma carência que deveria ser responsabilidade do Estado. Outro assunto importante seria descobrir quais critérios são adotados pelo Estado para selecionar as instituições beneficiadas para receber fomento e desenvolver suas ações nas regiões periféricas do DF.

Algumas questões apresentadas neste estudo merecem uma análise mais aprofundada. É o caso do papel da juventude negra inserida nessas organizações, que é uma grande maioria, e que por vezes passou despercebida dentro das instituições às quais pertencem, ou dos jovens que não possuem autonomia para agir junto à comunidade da qual fazem parte. Essas e outras problemáticas ficam abertas à exploração e podem ser desenvolvidas em trabalhos futuros por pesquisadores interessados em estudar o protagonismo e a participação política dentro dessas organizações sociais de periferia.

Cabe ressaltar que este estudo não se pautou na erudição, mas abriu o horizonte para valorizar a importância dessas organizações para as pessoas que vivem na periferia das grandes cidades e a motivação que elas possuem para atender às carências e demandas

apresentadas pela cidade e pela população jovem ali inserida. Este estudo pretende abrir um diálogo entre esses organismos e a sociedade, estabelecendo um laço com o coletivo em busca da transformação social juvenil e demonstrar a importância de um compromisso social, dando a possibilidade para que outras dissertações possam usar esta pesquisa como pano de fundo em seus estudos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Estação Juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília, DF: Secretaria Nacional da Justiça, 2014.

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: FREITAS, Maria Virgínia (Orgs.). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2005.

AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. L. **Para Reinventar as Rodas**. Belo Horizonte: Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros (RECIMAN), 2015.

AGUIAR, S. M. de S.; DIAS, L. C. de O. **Juventude e pobreza: consciência Crítica Sobre Os Mitos e a Realidade do Pbf**. In: PILATI, A. S. *et al.* (org.). *Educação, pobreza e desigualdade social: a iniciativa EPDS na Universidade de Brasília (2017-2018)*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2019. v. 2, p. 112-132.

ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. **Grupo Focal – Estratégia Metodológica Qualitativa: Um Ensaio Teórico**. *Cogitare Enfermagem*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 9-13, 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/1700>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

ATLAS DAS JUVENTUDES. **Diretrizes e Bases de Política Nacional Para e Com as Juventudes**. Disponível em: www.juventudesdoagora.com.br Acesso em: 14 de jul. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BENHABIB, S. 2007 [1994]. **“Sobre um modelo deliberativo de legitimidade democrática”**. In: WERLE, D.; MELO, R. S. (orgs.). *Democracia deliberativa*. São Paulo: Esfera Pública.

BENTO, MARIA APARECIDA SILVA E BEGHIN, NATHALIE. **Juventude Negra e Exclusão Radical. Políticas Sociais - acompanhamento e análise**. Ago. 2005.

BOGHOSSIAN, CYNTHIA OZON; MINAYO, MARIA CECÍLIA DE SOUZA. **Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos**. *Saúde Soc.* São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

BRANDÃO, C. R. **A participação da pesquisa no trabalho popular**. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 13-30.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. BRASIL DE FATO/ 13 de out. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/13/comeca-o-acampamento-da-juventude-que-reune-em-brasilia-mais-de-2-mil-jovens-de-todo-pais>. Acesso em: Jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 150, n. 150, p. 1-4, 6 ago. 2013. Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=06/08/2013&jornal=1&pagina=2&totalArquivos=104>. Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. Ministério das Cidades. 5. **O que são equipamentos públicos (urbanos e comunitários)?**. Portal Gov.Br, Brasília, DF, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/desenvolvimento-regional/reabilitacao-de-areas-urbanas/5-o-que-sao-equipamentos>. Acesso em: 23 jul. 2023.

BRITTO JUNIOR, A. F.; FERES JUNIOR, N. **A Utilização da técnica de entrevistas em trabalhos científicos**. Evidências, Araxá, v. 7, n. 7. p. 237-250, 2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/6546906-A-utilizacao-da-tecnica-da-entrevista-em-trabalhos-cientificos.html>. Acesso em: 16 out. 2022.

BUTLER, UDI MANDEL; PRINCESWAL, MARCELO. **Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania. O Social em Questão** - Ano XV - nº 27 – 2012 p. 101-126

CARVALHO, TAUÃ DE ASSIS. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Revista Brasileira de Educação v. 25 e250027 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PFqLsCjBTGfgyPZNwry6bcw/?format=pdf> . Acesso em 02 dez. 2023.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO. Cebrap. **Desmonte nos comitês e conselhos nacionais**. Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisa-do-cebrap-sobre-desmonte-nos-comites-e-conselhos-nacionais-e-destaque-do-jornal-nacional/>. Acesso em 25 de jun. 2024.

COELHO, LÍVIA MARIA. **“Caras Pintadas”: a juventude estudantil em 1992 e suas imagens em movimento**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/24541/1/L%C3%ADvia%20Coelho.pdf> . Acesso em 20 de Jun. 2024.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL. **Censo da população jovem do DF**. Brasília, DF: CODEPLAN, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Propostas do CFP: Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção**. Brasília, DF: CFP, 2009.

CORREIO BRAZILIENSE ACERVO: **Mc busca fazer a diferença no Sol Nascente**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/vidaescolar/editorial/2018/01/11/noticia-especial-vida-escolar,652575/quem-sao-os-power-pupils.shtml> Acesso em: 19 de abr. 2024

COSTA, Antonio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adevil. **Protagonismo Juvenil adolescência, educação e participação democrática**. 2ª Edição. São Paulo, FTD, 2006.

CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa: método, qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ FREITAS, U. F. DA.; ANDRADE, D. L. de. **Ação Pública, Intersetorialidade e Espaço Público: desafios da participação nas políticas para infância e juventude 19**. In: CRUZ FREITAS, U. F. da; ANDRADE, D. L. de (org.). **Diálogos sobre adolescentes e jovens: estratégias para políticas públicas**. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 19-38.

CRUZ FREITAS, U. F. da. **Desenvolvimento à moda brasileira: dinheiro e desigualdades como bases estruturantes da educação**. 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.

CRUZ FREITAS, U. F. da. **Desenvolvimento à moda brasileira: direitos e desigualdades**, Brasília, DF: Dialética, 2021.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. 24. Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

DESSEN, M. A.; BISINOTO, C. **Avanços conceituais e teóricos em desenvolvimento humano: as bases para o diálogo multidisciplinar**. In: DESSEN, M. A.; MACIEL, D. A. (org.). *A ciência do desenvolvimento humano*. Curitiba: Juruá, 2014. p. 27-69.

DO CARMO DIREITO, D. **Sociologia da ação pública: análise de políticas públicas com acento francês**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 9 set. 2021.

DOXSEY J. R.; DE RIZ, J. **Metodologia da pesquisa científica**. ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, 2002-2003. Apostila.

ESCOLA DE CAPACITAÇÃO ANTÔNIO FREDERICO OZANAM. ECAFO. **Sociedade São Vicente de Paulo**. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/11213379/>. Acesso em: 12 de abr. 2024.

FIGUEIREDO, A. C. S. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. *Revista desigualdade e diversidade*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 164-173, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/PFqLsCjBTGfgyPZnwry6bcw/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Urania Flores da Cruz. **A PEDAGOGIA DA LUTA POR DIREITOS**. In: Estudos do Discurso: interdisciplinaridade, interseccionalidade, relevância social - Anais do VIII Colóquio da ALED-Brasil. Anais...Brasília (DF) UnB, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/aledbrasil2020/290929-A-PEDAGOGIA-DA-LUTA-POR-DIREITOS>. Acesso em: 11/02/2023

FREITAS, Urânia Flores da Cruz. **Ação-reflexão-ação: Trabalho, formação docente e aprendizagens**. Revista Com Censo, Brasília, v. 5, n. 14, p. 80-89, ago. 2018. Trimestralmente.

FREITAS, Urânia Flores da Cruz. **Apontamentos para o debate sobre pesquisa na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: aspectos conceituais e organizacionais**. Revista Com Censo, Brasília, v. 8, n. 3, p. 30-38, ago. 2021. Trimestralmente. Acesso em: 02 de mai. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Altas, 2008.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013**. Petrópolis: Vozes 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **População jovem 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, E ARTES POPULARES. Brasília, DF, c2023. <https://iecap.org.br/centro-de-juventude/> Acesso em: 7 jun. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Atlas da violência 2023. Violência contra a juventude. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/277/atlas-2023-violencia-contr-a-juventude>. Acesso em Jul. 2024.

IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal, 2021. [https://www.ipe.df.gov.br/mulheres-negras-sao-maioria-dos-habitantes-do-df/#:~:text=Perfil%20sociodemogr%C3%A1fico%20%E2%80%93%20Em%202021%2C%2040,1%25%20preta%20\(334.494\)](https://www.ipe.df.gov.br/mulheres-negras-sao-maioria-dos-habitantes-do-df/#:~:text=Perfil%20sociodemogr%C3%A1fico%20%E2%80%93%20Em%202021%2C%2040,1%25%20preta%20(334.494)). Acesso em: 27 de mai. 2024.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, F. B. G. de. (2022). **Emancipação e educação em Boaventura de Sousa Santos: uma análise a partir de uma perspectiva marxista**. Germinal: Marxismo E educação Em Debate, 14(3), 329–345.

MACEDO, ALDENORA; RAPHAEL, SANTOS LAPA; LIRA, LUANA MENEZES; FLORES, TARSILA (orgs.). **Direitos Humanos - Diversas Abordagens** — 1.ed. – Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Escritores, 2016.

MANUAL DE ORIENTAÇÃO DAS COMISSÕES DE JOVENS DA SOCIEDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO (SSVP) NO BRASIL, 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTIN, LAURA; VITAGLIANO, LUÍS FERNANDO (orgs.). **Juventude no Brasil** [livro eletrônico] / – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2019.

MEIRELES, M. M. **Dentro e fora de si: modos de ser/estar jovem na escola**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016. Disponível em: <https://dokumen.tips/documents/universidade-estadual-de-feira-de-santana-uefs-prtede2uefsbr8080bitstreamtede4362.html>. Acesso em: 5 fev. 2022.

MÉKSENAS, P. **Aspectos metodológicos da pesquisa empírica: a contribuição de Paulo Freire**. Revista Espaço Acadêmico, Maringá, ano VII, n. 78, p. 41-56 2007.

MENEZES, Wagner Pedro. **Liderar não é subjugar: Liderança e apostolado: Fundamentos e princípios para a liderança comunitária inspirados em São Paulo**, São Pedro e São Francisco de Assis. Uberlândia, MG. Ed. A Partilha, 2017.

MICHELETTO, I. B. P. **Ação-reflexão-ação: processo de formação continuada. Dia a Dia Educação**, Curitiba, [2010]. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1448-6.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MIGUEL, L. F. **Consenso e conflito na teoria democrática: para além do agonismo. Representação política, perspectivas sociais e representação simbólica**. Lua Nova, São Paulo, v. 92, p. 13-43, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/hg4h433nN5rFFLRwxzLNXMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2023

MORAIS, SILVA E SILVA FROTA. **A participação institucionalizada em tempos de recessão democrática**. REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 223-246, jan.-abril 2021

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária, 1999.

MOREIRA, M. I. C. **Pesquisa-intervenção: especificidades e aspectos da interação entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa**. In: CASTRO, L. R de; BESSET, V. L. (org.). Pesquisa-intervenção na infância e juventude. Rio de Janeiro: NAU, 2008. p. 16-22

MULLER, F. C.; ALMEIDA, A. M. **Teoria e Prática na Pesquisa com Crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009.

NOVAES, REGINA E VANNUCHI, PAULO (orgs.), **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2004, 304 pp.

OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL SEBRAE. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Observatório Internacional Sebrae, [s. l.], [201-]. Disponível em: <https://ois.sebrae.com.br/comunidades/pnud-programa-das-nacoes-unidas-para-o-desenvolvimento/#:~:text=O%20Programa%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,pobreza%20e%20pelo%20desenvolvimento%20humano>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Futuro do Trabalho no Brasil: Perspectivas e Diálogos** Tripartites, 2018.

OLIVEIRA, R. C. de. **Vulnerabilidade social e juventude: um estudo de suas dimensões e impactos**. In: JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017, São Luís. Anais [...]. São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/vulnerabilidadesocialejuventudeumestudodesuasdimensoeseimpactos.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PARTICIPATÓRIO: **Observatório Participativo da Juventude**. Agenda Juventude Brasil, Brasília, DF, 2013.

PEDREIRA, LUCIA ALVARES. **Experiências formativas e laborais de jovens aprendizes de Salvador: um estudo de caso** / Lucia Alvares Pedreira. -- Salvador, 2020

PEREIRA, MARIA ODETE. **Busca ativa para conhecer o motivo da evasão de usuários em serviço de saúde mental**. Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem, São Paulo, São Paulo, Brasil, 2014 <https://doi.org/10.1590/S0103-21002013000500002> Acesso em: Jul. 2024.

RABÊLLO, MARIA ELEONORA D. LEMOS. **O que é protagonismo juvenil**. Disponível em: https://issuu.com/radiomargarida/docs/protagonismo_juvenil_eleonora_rabello/1#google_vignette Acesso em: Out. 2023.

RODRIGUES, PATRÍCIA VERAS; QUIXADÁ, LUCIANA MARTINS. **Protagonismo Juvenil e a Promoção da Saúde Mental na Escola**. Revista Docentes. SEDUC | Secretaria da Educação do Estado do Ceará, v. 8 n. 23 (2023): Dossiê - Seminário DoCEntes 2022.

SALLUM JUNIOR, B. **Crise Política e Impeachment**. *Novos estudos*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 183-203, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/qV9hvmBHRmmD7p6cdkxMFPK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2023.

SCALON, C. **Juventude, igualdade e protestos**. *Revista Brasileira de Sociologia*, Aracaju, v. 1, n. 2, p. 179-20, 2013. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/60/26>. Acesso em: 26 jan. 2022.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. **4ª Conferência Nacional de Juventude, 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/dezembro/conselho-nacional-da-juventude-e-ampliado-para-impulsionar-a-voz-e-a-participacao-de-jovens-no-futuro-do-pais> e <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2023/dezembro/encerramento-da-4a-conferencia-nacional-de-juventude-marca-avancos-importantes-para-o-futuro-do-brasil>. Acesso em 04 de mai. 2024.

SELO SOCIAL. **Juventude em ação – centro de juventude do DF**. Selo Social, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://www.selosocial.com/projeto/5544>. Acesso em: 8 jun. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A.M. S.; XIMENESA, V. M. **Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. Pesquisas e práticas sociais**, São João Del Rei, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019. Disponível em: <http://www.selosocial.com/projeto/5544>. Acesso em: 12 de jan. 2023.

SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO. **Histórico do movimento de juventude vicentina e comissão de jovens na ssvp no Brasil**. Disponível em: <https://ssvpbrasil.org.br/juventude-historia/> Acesso em: 11 de mai. 2024.

SOUZA, Regina Magalhães de. **Protagonismo juvenil: o discurso da juventude sem voz**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 1(1): 1-28, 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. E-book: **Desinformação o mal do século: distorções, inverdades, fake news: a democracia ameaçada** / Thaís de Mendonça Jorge (organizadora). Brasília: Supremo Tribunal Federal: Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2023. 367 p.: il., gráfs., fots. color. Disponível também em: <https://desinformação.stf.jus.br/> Acesso em: 25/09/23

TILLY, C. **Movimentos sociais como política**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160

TORO A, JOSÉ BERNARDO; NÍSIA N'LERIA DUARTE WERNECK. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação** / Brasília : f\ministério da Justiça, 1997. 149 P

UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS. [Rio de Janeiro], [20--]. Disponível em: <https://ubes.org.br/>. Acesso em: 7 jun. 2023.

WELLER, W. **Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7c6QvcWJc6pX6xwgxYVLFKv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jan. 2022.

YOKOY DE SOUZA, T. **Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras**. In: OLIVEIRA, C. B. E. de; MOREIRA, P. C. B. P. Docência na Socioeducação. Brasília, DF: UnB, 2014. p. 131-146. Módulo 2.

ZITTOUN, T. **Life-course: a sócio-cultural perspective**. In: VALSINER, J. (ed.). Handbook of culture and psychology. [S. l.: s. n.], 2012. P. 513-535.

ZUFFO, S.; MOURA, E. P. G. de. **Protagonismo juvenil entre políticas públicas e laços comunitários: aproximação da Política Pública Programa de Saúde na Escola (PSE), no município de Novo Hamburgo/RS**. In: ENCONTRO DA ABRAPSO REGIONAL SUL,

16., 2016, Curitiba. Anais [...]. Curitiba: Abrapso, 2016. Disponível em:
https://www.encontroregionalsul2016.abrapso.org.br/resources/anais/19/1478891051_ARQUIVO_Zuffo_protagonismo_juvenil.pdf. Acesso em: 27 dez. 2021.

ANEXO A

Questionário com a Organização da Sociedade Civil

Pesquisa - (Com a organização da sociedade civil) Pesquisa - Dissertação de Mestrado intitulada "juventudes periféricas e participação política: qual protagonismo nas organizações sociais no DF? do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Infância e Juventude da Universidade de Brasília". De autoria do discente: Railton Vanes de Sousa.

VOCÊ TRABALHA NA ORGANIZAÇÃO SOCIAL COM A JUVENTUDE? ENTÃO
VOCÊ PODE PARTICIPAR!

Para subsidiar a elaboração da Dissertação de Mestrado, com o tema “juventudes periféricas e participação política: qual protagonismo nas organizações sociais no DF?”, sob orientação da Prof. Orientadora: Urania Flores da Cruz Freitas, do estudante, Railton Vanes de Sousa, RG nº 1168892/ SSP DF, mestrando do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas para Infância e Juventude, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília — UnB, que realizará uma pesquisa qualitativa com o objetivo de verificar como o Movimento de Juventude na comunidade de periferia tem contribuído para a promoção do protagonismo e mobilização juvenil em contexto de periferia na consolidação de políticas públicas.

* Indica uma pergunta obrigatória

FORMULÁRIO DE ACEITE

Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e orientadora terão conhecimento dos dados. Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre. Você concorda em participar dessa pesquisa?

Concordo

Não concordo

PERFIL DO PARTICIPANTE

Qual o seu gênero?

Feminino

Masculino

Prefiro não dizer

Outro:

Qual sua formação acadêmica?

Ensino Médio

Ensino Superior

Caso tenha assinalado Ensino Superior, qual graduação?

Qual sua relação com o público jovem? *

Qual a sua Região Administrativa? *

Como surgiu o movimento jovem na sua cidade? Qual o objetivo? *

Quantos jovens já passaram e quantos estão no momento nessa instituição? *

Os jovens que participam são oriundos de quais localidades? (Regiões Administrativas, escolas) *

Existe evasão de jovens? Em que medida é essa evasão? O que é feito quando o jovem evade da instituição? *

Quem são as pessoas que atuam com os jovens e sua formação? Como são realizadas as intervenções de cada um desses profissionais ou dos especialistas ou líderes? *

Quais projetos são desenvolvidos visando a mobilização e o protagonismo da juventude nesse movimento? Quando começou? É possível ter acesso e ter uma cópia? Em que estágio está agora nesse momento? *

Das oficinas realizadas ou atividades desenvolvidas pelo movimento, quais delas despertam maior interesse de participação da juventude? *

Essas ações de sua instituição, na sua percepção têm contribuído com o aumento do protagonismo juvenil? E com a mobilização também? (Pensam alguma ação nessa perspectiva)?*

Ao desenvolver o protagonismo e a mobilização juvenil você percebeu que os jovens tiveram participação efetiva na elaboração de políticas públicas na e para o local onde mora?*

Houve o desenvolvimento de lideranças juvenil? Justifique.*

Esse movimento colabora com a construção e formação dos jovens no olhar crítico para a ação política e seu desenvolvimento social e comunitário?*